

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE  
TÉCNOLOGIAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

FRANCISCO CARLOS LEAL PASSOS

AS DINÂMICAS VIVENCIAIS NA BORDA DAS  
METRÓPOLES: O CASO DE ATIBAIA

CAMPINAS  
2013

FRANCISCO CARLOS LEAL PASSOS

AS DINÂMICAS VIVENCIAIS NA BORDA DAS  
METRÓPOLES: O CASO DE ATIBAIA

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias – CEATEC, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Denio Munia Benfatti

Linha de Pesquisa: Requalificação Urbana.

Apoio: CAPES/PROSUP

PUC-CAMPINAS  
2013

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4  
P289d

Passos, Francisco Carlos Leal.  
As dinâmicas vivenciais na borda da metrópole: o caso de Atibaia /  
Francisco Carlos Leal Passos. – Campinas: PUC-Campinas, 2013.  
85p.

Orientador: Denio Munia Benfatti  
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias,  
Pós-Graduação em Urbanismo.  
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Regiões metropolitanas. 3. Políticas  
públicas. 4. Atibaia (SP). 5. Inovações tecnológicas. I. Benfatti, Denio  
Munia. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de  
Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em  
Urbanismo. IV. Título.

22. ed. CDD – t711.4

## **BANCA EXAMINADORA**

Presidente e Orientador Prof. Denio Munia Benfatti

1º Examinadora Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

2º Examinador Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

## **DEDICATÓRIA**

Ao povo de Atibaia, e no meio do povo, à Nicole e seus trinta anos de dedicação ao fomento da cultura no interior daquele município.

## **AGREDECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Denio Munia Benfatti pela condução segura, generosidade e respeito durante todo o percurso.

A todos os professores do programa de pós graduação em urbanismo da Pontifícia Universidade Católica pelo exemplo de conduta, pela disponibilidade, amizade, e reconhecimento de nosso esforço.

A equipe da secretaria de pós graduação em urbanismo e aos demais departamentos pelo suporte e auxílio fundamentais na elaboração deste trabalho.

Aos colegas mestrandos pelo acolhimento, em especial às queridas Jimena e Cauana sempre tão pacientes e presentes, e ao Jadiel, Luis, e Fabrício pela parceria e camaradagem.

Ao Professor Vitor de Pieri pelo apoio fundamental nos trechos mais sinuosos do percurso.

A CAPES e a PUC-Campinas pelo auxílio e incentivo na realização desta pesquisa.

A Prefeitura da Estância de Atibaia pela colaboração inestimável manifestada na generosidade e profissionalismo de todas as suas Secretarias.

Aos filhotes e a Nicole pela paciência, e a toda a família pela confiança e incentivo,

Muito obrigado!

**Resumo**

LEAL PASSOS, Francisco Carlos. AS DINÂMICAS VIVENCIAIS NA BORDA DAS METRÓPOLES: O caso de Atibaia. 2013. 86f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2013.

A expansão urbana contemporânea, analisada aqui particularmente na Região Sudeste do Brasil, tem avançado e se consolidado nas últimas décadas como um novo modelo de ocupação e articulação dos territórios metropolitanos e sua faixa envoltória. Este novo cenário disperso, fragmentado, e polinucleado, é estruturado por grandes eixos expressos de deslocamento e conurbações funcionais, novas tecnologias de comunicação, transporte de informação, novas práticas de produção e consumo individualizadas de onde emergem profundas alterações nas relações e dinâmicas cotidianas de suas populações, assim como em suas esferas de vida pública e privada. Este trabalho procura a partir do estudo de caso do Município da Estância de Atibaia, à borda das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, contribuir com uma reflexão acerca dos movimentos hegemônicos imbricados nesse novo modelo de expansão e ocupação, e seus reflexos em um município de menor porte inserido nesse sistema, naquilo que se refere, em especial, às suas dinâmicas cotidianas e vivenciais. O trabalho propõe ainda uma reflexão sobre as questões que relativizam o sentimento de pertencimento e identidade como possíveis motores do fortalecimento da esfera da vida pública, a fim de ampliar o conhecimento do urbanismo na direção do aprofundamento do entendimento das complexidades dos processos de urbanização contemporâneos.

**Palavras-chave:** Expansão Metropolitana, dinâmicas cotidianas e vivenciais, políticas públicas, Esfera da vida Pública, Atibaia.

## **Abstract**

LEAL PASSOS, Carlos Francisco. THE DYNAMICS OF THE METROPOLIS EDGE: The case of Atibaia. 86f. Thesis (Master) - Graduate Program in Urban Planning. Pontifical Catholic University of Campinas. Campinas, 2013.

The contemporary urban expansion, particularly examined here in southeastern Brazil, has advanced and consolidated in the last decades as a new model of occupation and articulation of metropolitan territories and his band envelope. This new scenario scattered, fragmented, and multinucleated, is structured by large displacement axes expressed and functional conurbations, new communication technologies, transportation information, new ways of individualized production and consumption which emerge deep changes in relationships and daily dynamics of their populations, and in their spheres of public and private life. This paper attempts from the case study of the municipality of Atibaia, to the edge of the metropolitan areas of São Paulo and Campinas, contribute to a reflection on hegemonic movements interwoven in this new model of expansion and occupation, and their reflections in a municipality smaller inserted in that system, in what refers in particular to their daily dynamics and way of life. The paper also proposes a reflection on the issues that relativize the feeling of belonging and identity as potential engines of strengthening the sphere of public life and the rebuilding of a city more democratic in order to expand the knowledge of urbanism in the direction of deepening the understanding the complexities of contemporary urbanization processes.

**Keywords:** Metropolitan expansion, daily dynamics and way of life, public policy, public sphere of life, Atibaia.



## Lista de Figuras

<b>FIGURA 1.</b> Município de Atibaia na borda das metrópoles. Fonte: Google Maps, 2013.....	36
<b>FIGURA 2.</b> Município de Atibaia e suas bordas. Fonte: PEA, 2011.....	37
<b>FIGURA 3.</b> Pico da Pedra Grande em relação a malha urbana de Atibaia. Fonte: Google Maps, 2013.....	38
<b>FIGURA 4.</b> Centro Histórico. Fonte: PEA, 2013.....	39
<b>FIGURA 5.</b> Mapa dos bairros de Atibaia. Fonte: SUMA, 2012.....	41
<b>FIGURA 6.</b> Mapa de desenvolvimento da malha urbana de Atibaia. Fonte: SUMA.....	42
<b>FIGURA 7.</b> Mapa com as Avenidas Lucas Nogueira Garçês, e Copacabana. Fonte: Google mais intervenção. 2013.....	45
<b>FIGURA 8.</b> Fanfarra da Escola municipal José Aparecido Franco. Fonte: FAMA, 2012.....	61
<b>FIGURA 9.</b> Fanfarra da Escola Municipal Guilherme Contesine. Fonte: FAMA, 2012.....	62
<b>FIGURA 10.</b> Escola Municipal Padre Armando. Fonte: FAMA, 2012.....	63
<b>FIGURA 11.</b> Escola Municipal armando Silveira. Fonte: FAMA, 2012.....	64
<b>FIGURA 12.</b> Bairro do Tanque Abastecimento de Água Fonte: Produção própria, 2011.....	67
<b>Figura 13.</b> Bairro do Tanque Sistema Viário Fonte: SUMA, mais elaboração própria, 2012.....	70

**FIGURA 14.** Mapa com as regiões do OP.

Fonte: Secretaria do Planejamento, 2011.....73

## **Lista de Quadros**

**QUADRO 1.** Quadro de distribuição da população de Atibaia.

Fonte: IBGE, 2010.....40

**QUADRO 2.** Quadro de evolução da população de Atibaia – 1950/2010.

Fonte: PEA.....43

**QUADRO 3.** Quadro da frota de veículos – 2005 / 2010.

Fonte: Ministério das Cidades, DENATRAN, 2010.....48

**QUADRO 4.** Quadro de crescimento da frota de veículos – 2005/2010.

Fonte: Elaboração própria.....50

**QUADRO 5.** Quadro do crescimento populacional de Atibaia – 1950 / 2010.

Fonte: IBGE, 2010.....50

## **Lista de Gráficos**

**GRAFICO 1.** Comparação dos Índices de Vulnerabilidade Social entre Atibaia e o Estado de São Paulo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.....51

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

**CBC** Congresso Brasileiro de Cinema.

**CNC** Conselho Nacional de Cineclubes Brasileiro.

**FAIA** Festival de Atibaia Internacional do Audiovisual.

**FAMA** Fanfarra Municipal de Atibaia.

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Mercosul** Mercado Comum do Sul.

**OC** Orçamento Participativo.

**OP** Orçamento Participativo.

**OS** Organização Social.

**PNC** Plano Nacional de Cultura.

**PEA** Prefeitura da Estância de Atibaia.

**SUMA** Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.

**SEADE** Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPITULO 1 : CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	16
1.1 A Megalópole do Sudeste do Brasil.....	22
1.2 Pertencimento e Identidade.....	26
1.3 A Borda.....	32
<b>CAPITULO 2 : O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA: O Caráter Hegemônico Metropolitano e as transformações e reações Locais</b> .....	36
2.1 Um Perfil Social do Município e seus Viventes.....	50
<b>CAPITULO 3 : POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER NOS ANOS 2000: Considerações iniciais</b> .....	54
3.1 Música e Cidadania.....	55
3.1.1 Atelier Underground.....	55
3.1.2 Banda de Violas.....	56
3.1.3 Folia dos Bonecões.....	56
3.1.4 Festival de Atibaia Internacional de Audiovisual (FAIA).....	57
3.2 Musica e Cidadania.....	60
3.3 Oficinas de Comunidades.....	65
<b>CAPITULO 4 : CONCLUSÕES</b> .....	76
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	82

## **Introdução**

O estudo de caso do Município da Estância de Atibaia é aqui desenvolvido tendo como Foco principal aquilo que se refere às suas dinâmicas cotidianas e vivenciais, propõe uma reflexão acerca das transformações e mudanças que estão ocorrendo no processo de urbanização no Brasil a partir de 1970-1980, em particular no Estado de São Paulo em suas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, assim como na região que determina sua faixa envoltória.

O processo de expansão metropolitano observado neste período, quando analisados a partir de alguns elementos como, por exemplo, o aumento e extensão dos deslocamentos cotidianos, evidencia transformações significativas nas dinâmicas cotidianas no interior das cidades pequenas e medias inseridas nesse novo contexto urbano.

Essa nova estrutura urbana afirma-se em função das novas conexões geográficas num território dinâmico com uma rede de centralidades e com fragmentos urbanos dispersos não mais vinculados a esta ou aquela cidade, mas dentro de um mesmo ambiente urbano com uma intensa rede de fluxos transformadores da paisagem, e é aqui analisado sobretudo em suas manifestações à borda da metrópole, caracterizando-se como foco portanto, a borda das manifestações desse processo.

Um movimento hegemônico e aparentemente inexorável no sentido do fortalecimento da esfera da vida privada em detrimento da esfera da vida pública parece estabelece-se no interior desse processo de expansão, materializado no território metropolitanizado naquilo que ele carrega em sua fragmentação sócio espacial e decorrente segregação social. Essas transformações decorrentes de um modo de vida e de produção específicos, sugerem novos padrões de espaço de sociabilidade. É no estudo de caso dessas manifestações no interior do Município da Estância de Atibaia, que estará fundamentada as reflexões aqui propostas.

No primeiro capítulo, este trabalho busca uma compreensão sobre os conceitos estabelecidos sobre as novas formas de expansão e crescimento

metropolitano e suas implicações relacionadas mais diretamente as dinâmicas da vida cotidiana e da esfera da vida pública, criando um embasamento teórico que sirva de sustentação para as análises aqui desenvolvidas. Serão abordados no primeiro capítulo algumas reflexões sobre o tema, apresentando alguns aspectos teóricos dessa discussão acadêmica.

No segundo capítulo, o trabalho constrói um recorte de nosso objeto de estudo, e descreve a cidade de Atibaia em suas particularidades procurando identificar os caracteres hegemônicos da expansão metropolitana absorvidos nas últimas décadas, e suas transformações locais.

O terceiro capítulo se debruça sobre a apresentação e a análise das Políticas Públicas geridas pelo Poder Público local. Desde a apresentação mais geral do espectro de ações do Governo na área de Educação, Cultura e Lazer, até a particularização de dois projetos distintos e complementares entre si, naquilo que se diferenciam como portadores de vestígios culturais mais tradicionais, e de projetos com estruturas de gestão contemporâneas. Serão trazidos à luz para reflexão o projeto Musica e Cidadania, e as Oficinas de Comunidades ligadas ao Orçamento Participativo.

Assim que apresentados os projetos de políticas públicas e seus conteúdos, contradições e efetividades, o capítulo quatro mergulha numa reflexão final sobre as avaliações apresentadas.



## **CAPÍTULO 1 - EXPANSÃO E CRESCIMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO: Considerações Iniciais**

Nas últimas décadas a sociedade contemporânea tem passado por transformações aceleradas, e no interior dessas mudanças, nossas relações com o trabalho, as relações interpessoais e familiares, nosso lazer, nossos deslocamentos entre as diversas atividades cotidianas, nossa comunicação, nosso conhecimento, nossas esperanças e receios, nossas relações com a cidade e todos os seus desdobramentos em sua estrutura formal, seus impactos no universo imaterial e simbólico naquilo que passaremos a tratar como o sentimento de pertencimento e identidade, acompanharam e acompanham a velocidade dessas transformações.

Ao longo da história o crescimento das cidades sempre correlacionou-se com o desenvolvimento dos meios de transporte e ao armazenamento cada vez maior dos bens necessários para a demanda de populações cada vez maiores. Não menos importantes, os meios de armazenamento e transporte de informação necessários para a organização e divisão do trabalho e das trocas, as técnicas de construção, o deslocamento e acomodação das pessoas, exigiram da gestão urbana esforços cada vez mais significativos com os fluxos dos serviços (malha viária, rede de esgotos, água e eletricidade).

Está no centro das dinâmicas urbanas este sistema de mobilidades. Desde a escrita, passando pela imprensa o telégrafo, o telex e a internet, pelo transporte ferroviário, navegação a vapor, o transporte rodoviário, o avião, pelo telefone, a telefonia celular e a tecnologia 3G, o crescimento horizontal e vertical da cidade foi possível e sempre relacionado a invenção e aplicação destas técnicas.

As formas das cidades, por sua vez, quer quando pensadas e projetadas, quer quando os resultados decorrem de ações mais ou menos espontâneas, refletem as lógicas das sociedades que se organizam em seu interior, acolhendo e estruturando as relações interpessoais em seu interior determinando dinâmicas próprias nas escalas profissionais, pessoais, familiares e comunitárias.

Essas transformações inseridas no domínio do urbanismo, causam inquietação nos profissionais que se debruçam sobre o tema, quando manifestadas na contemporaneidade. Por conta das profundas modificações tecnológicas durante as décadas mais recentes, aliadas à globalização de um sistema hegemônico de organização financeira, o neo-liberalismo econômico, o crescimento e expansão das grandes aglomerações urbanas nos últimos 30 anos nos apresenta problemas sócio-culturais e administrativos cada vez mais importantes e diferentes dos períodos anteriores, distanciando-nos das questões relacionadas às cidades tradicionais e às cidades industriais. O desafio apresentado nessas novas formas de expansão e crescimento metropolitano, e aquilo que elas representam em sua manifestação nas dinâmicas vivenciais, exigem novos paradigmas para sua compreensão e leitura, uma vez que aqueles que sustentavam o enquadramento teórico utilizados na leitura das cidades tradicionais mostram-se insuficientes.

A expansão metropolitana experimentada especialmente na Região Sudeste do Brasil, onde fazemos nossa aproximação inicial para a construção de nossa análise neste trabalho, carrega suas particularidades que destacaremos e procuraremos sistematizá-las, partindo de uma visão em escala mais ampla do fenômeno até mergulharmos em suas dinâmicas intra-urbanas de vivência cotidiana, tendo de um lado o fortalecimento da esfera da vida privada, o aparente enfraquecimento e as incontestáveis transformações da esfera da vida pública, e de outro, as ações positivas de fortalecimento da vida cotidiana socializada, coletiva, que estimulam o sentimento de pertencimento e identidade próprios da borda da metrópole.

Nestor Goulart Reis Filho em seu livro “Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano”, considera as novas manifestações de organização da vida cotidiana como etapas de um novo estágio de organização da vida social no território, aquela que poderia ser denominada de “urbanização total”. Destaca como característica mais importante desse modelo, o surgimento de sociedades nas quais desaparece a população rural ao mesmo tempo em que setores da sociedade urbana avançam sobre extensas áreas do território ao seu redor, ocupando-os com a implementação de seus modos de vida que se

apresentam agora de forma dispersa, diferentemente dos modelos tradicionais até então conhecidos.

“As formas de organização da vida cotidiana são as primeiras etapas de um novo estágio de organização da vida social no território: o da urbanização total. Os modelos anteriores ainda são precariamente adaptados a novos usos. Mas, certamente, as mudanças já são mais importantes do que as permanências. Na passagem do milênio, uma das características mais importantes é o surgimento de sociedades nas quais desaparece a população rural (...)” (REIS, 2006. p.).

De fato, se podemos nos fixar em um olhar com perspectiva histórica, ainda que superficial e rápido sobre os processos de urbanização experimentados até aqui, verificaremos que durante muitos séculos os eixos estruturantes para construção e organização formal das cidades estiveram baseados em esquemas que previam seu crescimento no modelo centro-periferia, onde os centros urbanos acomodavam-se com distancias entre si que chegavam a 20 km ou mais, e entre eles se estendia o campo como espaço de produção rural. Havia uma distinção clara entre os dois universos interdependentes, havia o campo e havia a cidade, onde o numero de seus habitantes ficava limitado pelas possibilidades de atendimento às demandas de abastecimento e de sua organização econômica. Nesse período, o crescimento dos núcleos urbanos era lento e no espaço de uma geração mal se podiam perceber as mudanças que ocorressem.

É ao longo da segunda metade do século XX que o fenômeno de uma acentuada elevação dos índices de urbanização atinge a todos os continentes incluindo os grandes núcleos urbanos de países de industrialização tardia. Surgiam sistemas urbanos mais complexos e as primeiras áreas metropolitanas em países com nível médio de urbanização, com uma nova onda de migração rural-urbana de fluxos centralizados nas cidades medias e nas metrópoles provocando mudanças significativas em suas estruturas internas. O deslocamento dessa massa populacional ocorreu concomitantemente com o declínio das áreas centrais e expansão das periferias. O setor rural, ainda com vitalidade econômica, se esgotava em termos demográficos com a população que se deslocava para as cidades medias e trabalhava no campo, por outro lado, atividades tipicamente

urbanas se deslocavam para o campo acompanhando os grandes eixos de transporte, ou uma série de pólos, imersos e separados entre si por áreas de atividade rural cujos trabalhadores estariam residindo nas cidades.

“No final do século XX, estava claro que a industrialização nos conduzia para a formação de sociedades plenamente urbanizadas e que essa urbanização já não apresentava as mesmas características do período anterior. O mundo urbano havia mudado de modo amplo e em ritmo mais acelerado do que poderíamos prever algumas décadas antes.” (REIS, 2006. p).

Bernardo Secchi afirma em seu Primeira lição de urbanismo (2006), que as transformações referentes à metrópole contemporânea já se anunciavam, nas cidades europeias, desde a década de 1950:

“Já no fim dos anos 50 do século XX, em um momento de exame crítico dos resultados obtidos durante a reconstrução bélica, aos olhos de muitos estudiosos, a cidade européia mostrava-se inesperadamente diferente e de difícil compreensão, menos facilmente apreensível em imagens e figuras coerentes. Essa passagem virá apontada nos anos seguintes como a transição de uma sociedade simples a uma sociedade complexa.” (SECCHI, 2006.p).

Nesse período, guardadas as devidas proporções e particularidades, podemos constatar movimentos semelhantes em algumas regiões brasileiras, e o exemplo mais destacado é o da formação de eixos de expansão e crescimento metropolitano com características específicas na região sudeste do Brasil, entre a Baixada Santista, Região Metropolitana de São Paulo, Jundiaí e Região Metropolitana de Campinas; e ainda ligando Sorocaba à Região Metropolitana de São Paulo e ao Vale do Paraíba em direção ao Rio de Janeiro.

A consolidação desse processo de expansão e crescimento metropolitano, traduz-se na contemporaneidade em transformações importantes e significativas nas formas de ocupação do território, e como decorrência, nas dinâmicas de mobilidade e no modo de vida cotidianos.

“O crescimento das grandes aglomerações urbanas, em sua forma contemporânea, coloca problemas administrativos, sociais e culturais cada vez mais importantes e diversos daqueles anteriores. Nos últimos 30 anos, o tempo urbano afasta-se de seus referenciais tradicionais, distanciando-se daqueles definidos pela cidade industrial e entrando na era dos serviços. Os horários flexíveis, o trabalho temporário, o trabalho noturno têm produzido significativas modificações na vida urbana: a individualização das práticas de produção e consumo, a diversidade das formas de ativação dos laços familiares, organizados a partir de maior autonomia dos ritmos de vida de cada um. Com isso, os horizontes da vida cotidiana foram consideravelmente ampliados.” (BENFATTI, QUEIROGA, SILVA, 2010, p.29).

Quando analisados a partir de alguns elementos como o aumento e extensão dos deslocamentos cotidianos, as resultantes transformações no modo de vida metropolitano impostos por novas práticas individualizadas de produção e consumo, novas tecnologias de comunicação, transporte de informação e mobilidade, os novos mecanismos e articulações cotidianas, evidenciam-se transformações significativas nas dinâmicas vivenciais no interior das cidades pequenas e medias inseridas em um novo contexto urbano metropolitanizado.

Essas transformações afirmam-se em função das novas conexões geográficas num território dinâmico com uma rede de centralidades e com fragmentos urbanos dispersos não mais vinculados a esta ou aquela cidade, mas dentro de um mesmo ambiente com uma intensa rede de fluxos transformadores da paisagem, e é aqui analisado sobretudo em suas manifestações à borda da metrópole, caracterizando-se como foco portanto, como a sua manifestação na borda desse processo.

Grande parte dos estudos e reflexões que se debruçaram sobre esse tema e sua manifestação no Brasil, reconhecem que um fortalecimento da esfera da vida privada em detrimento da esfera da vida pública estabelece-se no interior desse processo, materializado naquilo que ele carrega em sua fragmentação sócio espacial e decorrente segregação social. Esta constatação sugere uma urgência em nos debruçarmos sobre esse tema no sentido da construção de uma tentativa de “recostura” de uma condição urbana que valorize as práticas vivenciais, revitalizando a esfera da vida pública, a ação e as práticas democráticas.

Como reconstruir essa condição urbana na cidade fragmentada, na metrópole estilhaçada e seu entorno formando um ambiente metropolitano de novas mobilidades, com práticas e dinâmicas cotidianas que escavam e dissolvem a cidade do passado?

A ação aqui evocada, é aquela que requer um espaço de pertencimento que não seja o da etnicidade, nem o da secessão voluntária, “um sentido político destinado a juntar o que está em vias de separação...” (MONGIN, 2009), territórios com lugares que valorizem a exigência de experiências corporais e cênicas, estéticas e políticas, que são suas atribuições e sua matriz.

“A cidade entendida como experiência urbana é polifônica. Ela é primeiramente uma experiência física, a marcha do corpo dentro de um espaço (...)”. (MONGIN, 2009, p.29).

Ainda que num cenário disperso e fragmentado, os lugares, as vivências, não desapareceram nem foram totalmente absorvidos pelas transformações impostas pelo caráter hegemônico dos movimentos de expansão e crescimento metropolitano das últimas décadas, de fato, é inconsistente a crença de que a única saída concebível para recomposição e fortalecimento da esfera da vida pública e democrática, estaria situada de forma impotente no nível dos fluxos, e não nos lugares.

A urgência de recomposição que se pretende reconhecer no ambiente metropolitano contemporâneo, passa por um esforço de planejamento no sentido da constituição de lugares que não se fechem sobre si mesmos, guetos de ricos ou pobres, condomínios fechados com unidades residenciais “seguras” ou espaços de consumo, lazer e convivência segregados, um esforço que desperte o sentimento de pertencimento e identidade que fortaleça a experiência cidadã e democrática na esfera da vida pública, na reconstrução e fortalecimento de lugares de encontro e vivência entre os diferentes, num esforço de rejuntar os espaços urbanos quando estes se desfazem e se separam um dos outros.

## 1.1 A Megalópole do Sudeste do Brasil

Como resultado da expansão metropolitana, a formação desse novo ambiente urbano na Região Sudeste do Brasil se inicia com a expansão da atividade industrial para além da região Metropolitana de São Paulo. Uma desconcentração industrial pulveriza-se de forma multilocalizada em um raio de aproximadamente 150 km da Capital, seguindo eixos de expansão que se direcionam para as regiões mais industrializadas do Estado: Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba até o Rio de Janeiro.

“Entre meados dos anos de 1960 e 1970, a ação estatal não se limitou ao papel de construção das infra-estruturas necessárias à expansão concentrada do capital industrial; investiu também em indústria de base (refinarias em São José dos Campos e em Paulínia), de ponta (aeronáutica, em São José dos Campos) e em pesquisa: Centro Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, Universidade Estadual de Campinas (1966), Universidade Federal de São Carlos (1968), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Campinas, 1969), Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Campinas, 1976), Faculdade de Tecnologia (UNESP-Sorocaba).” (QUEIROGA, BENFATTI, 2007, p.43).

O eixo de expansão em direção à Baixada Santista se dá também por conta da instalação de indústrias estatal de base em Cubatão; Petroquímica e Siderúrgica (COSIPA), assim como com a expansão industrial metalúrgica (Indústria Automobilística) no eixo do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano)

A Região Administrativa de Campinas desponta rapidamente como o maior pólo do interior paulista, por conta de sua condição urbana e territorial previamente mais desenvolvida. Desde a economia cafeeira no século XIX, Campinas possuía o maior entroncamento ferroviário do estado à exceção do entroncamento da Capital, e nucleava uma rede de cidades que chegava a atingir a cidade de Poços de Caldas em Minas Gerais.

O eixo de expansão entre São Paulo e Campinas consolida-se então, como o mais significativo e consistente desse tipo de formação urbana característico do Estado de São Paulo.

Elementos importantes diferem as condições urbanas e as relações funcionais encontradas nesse território espraiado e multipolarizado como o da Região Sudeste do Brasil. O resultado do crescimento e expansão metropolitanos observados aqui propõem conexões e dinâmicas bastante complexas, onde, para além das conurbações físicas se superpõem as amplas conurbações funcionais, exigindo uma expressão específica para identificá-la e diferenciá-la de outras manifestações.

“Adotando-se o conceito de ‘megalópole’ de Gotmann (1961), não se empresta à palavra o sentido de grande metrópole, megacidade, ou macro-metrópole, expressões por vezes difundidas (ou confundidas) pelos meios de comunicação de massa. (...) ‘Megacidades’ seriam simplesmente cidades ou metrópoles de população muito grande, acima de dez ou quinze milhões de habitantes. Macro-metrópoles (Souza, 1978) são expansões da dinâmica urbano-industrial para além dos territórios metropolitanos oficiais, porém mantendo claramente um núcleo principal que estrutura seus territórios, ao passo que as megalópoles não se estruturam somente em função de uma metrópole, não sendo portanto, apenas expansão de uma metrópole.” (QUEIROGA, BENFATTI 2007, p.42).

Essa nova entidade urbana que buscamos recortar aqui, fruto não só da expansão das metrópoles e outras centralidades importantes nela inseridas, como também de processos hegemônicos globais, pode ser denominada, como nos sugere Queiroga (2002), “Megalópole do Sudeste do Brasil”, e vai carregar particularidades ligadas não só a suas pré-condições físicas históricas, distribuídas pelo território onde ela se manifesta, como também aquelas ligadas à especificidades das formações sócio espaciais brasileiras, estabelecendo novos processos de urbanização particularmente ligados à elas.

Para além das novas denominações que buscam compreender, sistematizar e caracterizar esse processo ampliado de urbanização (urbanização dispersa, fragmentada e multipolarizada, conurbação funcional, megalópole) nos interessa aqui as transformações significativas nos modos de vida, nas dinâmicas de sociabilidade e nas práticas individuais cotidianas que decorrem de novas práticas de produção e consumo, novas redes de comunicação e nas novas dinâmicas e articulações sociais.



É bastante comum encontrar uma família típica residente num município imerso neste contexto, mas de menor expressão populacional, como Atibaia (aproximadamente 120.00 habitantes) por exemplo, onde o pai trabalha em São Paulo, a mãe é funcionária pública em Bragança Paulista, o filho estuda na PUC em Campinas, e a filha, jornalista, trabalha em casa, consolidando aquilo que é identificado como o “aumento em número e extensão dos deslocamentos cotidianos” (Benfatti, Queiroga, Silva, 2010) e suas implicações na dinâmica familiar e comunitária, como transformação na vida cotidiana das populações que ali habitam.

Essas transformações nas dinâmicas vivenciais e cotidianas das populações inseridas nesse ambiente “megalopolitanizado”, reflete-se em transformações importantes na esfera da vida pública.

Sergio Luiz Abrahão em seu Espaço Urbano: do urbano ao político (2008), afirma que no Brasil a discussão sobre espaço público e suas significações se consolida quando do Seminário Internacional Centro XXI realizado em 1995 em São Paulo, com participações importantes de autores responsáveis por intervenções notórias e referenciais como Jordi Borja e Manuel de Solá-Morales, em Barcelona.

Benfatti, Queiroga e Silva (2010) destacam a diferenciação importante entre as concepções apresentadas naquela oportunidade por Borja e Solé-Morales:

“Para Jordi Borja, o espaço público não era o espaço residual , compreendido entre a fachada e a rua, nem o vazio considerado público apenas por razões jurídicas e/ou ambientais, mas sim o “espaço cidadão”: espaço urbanístico, cultural e político, cuja configuração espacial considerava de fundamental relevância para a forma da cidade (Abrahão, 2008, p.48). Já Solá-Morales defendeu a manutenção e requalificação de todos os espaços que conformam o cotidiano de uma sociedade, independentemente de serem de domínio público ou não (ibidem, p.55). Solá-Morales propunha então, intervir nos lugares por ele identificados como espaços coletivos: um tecido que, como os espaços públicos, configuravam os “itinerários mestres da vida do cidadão” (Solá-Morales, 2001, p.102). (QUEIROGA, BENFATTI 2010, P.38)

Quando Solá-Morales amplia a importância dos espaços públicos para os espaços de uso coletivo onde a vida cotidiana e social dos cidadãos se estabelece, sinaliza um caminho que se adéqua ao contexto megalopolitano e suas dinâmicas contemporâneas de sociabilidade, que passam a exigir uma maior reflexão entre as noções de público e privado, abrindo um horizonte de questionamento e redefinições

Essas considerações serão importantes quando estivermos analisando, mais a frente, as manifestações das dinâmicas vivenciais em nosso objeto de estudo, e em nossas reflexões finais.

## 1.2 Pertencimento e Identidade

As alterações na vida cotidiana impostas pelos movimentos hegemônicos de crescimento e expansão urbana contemporâneos, facilitando (e/ou impondo) o deslocamento mais amplo de pessoas, conhecimento, mercadorias, informação; possibilitando o emprego, o lazer, o estudo e o consumo mais distantes do local de moradia, formam um conjunto de elementos que contribuem para a expansão e fragmentação em escalas mais amplas que aquelas metropolitanas, evoluindo para escalas regionais, modificando o ritmo e a intensidade das relações de vivência das comunidades originalmente articuladas nos espaços livres e públicos urbanos tradicionais, sugere o seu esvaziamento e enfraquecimento como evidência dessa nova realidade.

Quando tratamos das vivências nas cidades do interior paulista inseridas nesse espaço “megalopolitanizado”, podemos observar a ampliação de seu significado. O uso intensificado do automóvel, os shoppings como núcleos segregados de atividades, as lan houses, os espaços virtuais das redes sociais, contribuem para um aparente enfraquecimento e evidente transformação do locus de sociabilidade, alterando nossas referências originais de pertencimento e identidade .

Uma reflexão sobre o aspecto da identidade e seu correlato sentimento de pertencimento como elementos articuladores da esfera da vida pública, indutor do encontro e do exercício da prática democrática, faz-se, portanto, pertinente.

O conceito de identidade e pertencimento que buscamos construir para as reflexões propostas neste trabalho, relacionados as questões da cidade, do urbano, é fundamentado em algumas reflexões de Zigmunt Bauman, incorporados a alguns aspectos do olhar técnico-científico de Milton Santos.

Ao tratar da complexidade dessas definições na contemporaneidade da sociedade globalizada, ou melhor, da “modernidade líquida”, Bauman afirma:

“Numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de “solidificar” o que

se tornou líquido por meio de política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída. (...) o recurso à identidade, portanto, deveria ser considerado como um processo contínuo de definir-se e de inventar e reinventar a própria história.” (BAUMAN, 2000, p.12)

O sociólogo polonês propõe uma reflexão sobre a identidade a partir do significado da “nacionalidade”, que nasce com o Estado moderno e sua necessidade de legitimar-se como unidade, como território geopolítico. Afirma existirem relatos documentados das dificuldades encontradas por funcionários estatais quando lidavam com sociedades formadas por uma mistura de grupos étnicos, credos religiosos, línguas e costumes.

Usa como exemplo a Polônia num período próximo a segunda guerra mundial e numa sociedade com essas características, funcionários do censo foram instruídos a coletar informações sobre a auto-definição nacional de todos os indivíduos do Estado polonês, e em pelo menos um milhão de casos os entrevistados simplesmente não entendiam o que era uma “nação”, nem o significado de se ter uma “nacionalidade”.

Apesar das pressões através de multas combinadas com esforços objetivando explicar o significado de “nacionalidade”, as comunidades resistentes a esse significado insistiam firmemente às únicas respostas que lhes faziam sentido: “somos daqui”, “somos desse lugar”, “pertencemos a este lugar”, o que acabou levando os administradores do censo a acrescentarem “pessoas do lugar” à lista oficial de nacionalidades.

Nesse mesmo período, anterior a eclosão da segunda guerra mundial, uma pesquisa realizada na França mostrou que mesmo após dois séculos de um persistente processo de construção nacional, “le pays”, para muitos camponeses, tinha apenas vinte quilômetros de diâmetro, com variações para cinco quilômetros a mais ou a menos.

Phillippe Robert, sociólogo francês especialista no estudo da delinquência e desvio, e que já nos anos sessenta tratava da questão das gangues nas periferias de Paris, como em seu livro, “Les bandes d'adolescents, une théorie de la

ségrégation”, afirma:

“(…) durante a maior parte da história das sociedades humanas, as relações sociais têm se mantido firmemente concentradas nos domínios da proximidade”.( Robert *apud* Bauman, 2000, p. 24).

Se considerarmos que no século XVIII, uma viagem de Paris a Marselha durava o mesmo tempo que na época do Império Romano, para a maioria das pessoas a “sociedade” era entendida como a coabitação humana da vizinhança adjacente, como sugere Robert, “podia-se falar de uma sociedade de conhecimento mutuo”.

Quando tratamos aqui dos “movimentos hegemônicos megalopolitanos”, em particular da possibilidade, ou imposição, dos deslocamentos cotidianos que na contemporaneidade carregam imbricados ainda os movimentos de características globalizantes, vemos ampliado o significado de “proximidade” e, portanto, de “conhecimento mutuo”, para alguma coisa no entorno de 120 a 150 Km das moradias, núcleo da esfera da vida íntima, privada.

Com deslocamentos diários rompendo os limites do município para os habitantes imersos no contexto urbano da Megalópole do Sudeste do Brasil, com os novos espaços de sociabilidade virtuais, ampliam-se e multiplicam-se também os universos de pertencimento e identidade.

“As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.” (BAUMAN, 2000, p. 19).

Bauman ainda, em seus estudos e reflexões, tem frequentemente chamado a atenção para o cosmopolitismo dourado e a sedutora mobilidade das elites globais, e também para o modo como ambos contrastam com a miséria dos que não podem escapar à dimensão local. O recurso à identidade, aquele ligado ao sentimento de pertencimento a um lugar, portanto, deve ser considerado como um processo contínuo de definir-se, de inventar e reinventar a própria história.

Cabe aqui nos debruçarmos um pouco na questão da mobilidade e suas implicações. Milton Santos quando trata dos fenômenos da globalização em seu livro “Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional” afirma que com o advento do período Científico-Técnico a relação de espaço e tempo se fundem e se confundem, não podendo mais ser tratados nas ciências sociais separadamente uma vez que as suas definições se tornaram recíprocas, e afirma ainda, que é na grande cidade onde esse fenômeno é mais representativo.

“O espaço é, em todos os tempos, o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Hoje, graças às técnicas que realizam através da matéria a união do espaço e do tempo, tanto esses objetos são artificiais ou, em todo caso, plenamente históricos, quanto as ações tendem a ser artificialmente instrumentalizadas. E o que atualmente há de específico na relação Espaço-Tempo na Metrópole é justamente isso: não são apenas as ações, como temporalizações práticas, que são Tempo; os objetos, como espacializações práticas, restos de passadas temporalizações, também contem tempo.” (SANTOS, 1994, p.40).

Nesse sentido, a questão da mobilidade e o Espaço-Tempo intrínsecos à ela, torna-se na contemporaneidade uma espécie de “valor civilizatório”, que na segmentação de sua distribuição entre os habitantes do urbano, criaria aquilo que Santos chama de “áreas luminosas”, onde o acesso à mobilidade decorrente das ferramentas da modernidade, se justapõem, superpõem e contrapõem às “áreas opacas” como zonas urbanas de baixa mobilidade. Áreas mais ricas em recursos, e áreas mais pobres, ambas multilocalizadas e articuladas no interior do mesmo cenário urbano.

As “áreas luminosas” seriam aquelas em que a comunidade teria acesso a uma maior velocidade e força, em detrimento das “áreas opacas” mais lentas e fracas. Santos afirma no entanto, acreditar na “força dos lentos”. Os que detêm a velocidade, os que possuem maior mobilidade, percorreriam a cidade aprisionados a um percurso em comunhão com imagens frequentemente pré-fabricadas, e veriam, portanto, pouco da cidade e do mundo manifestados nas concretudes locais. Vale dizer, uma justaposição, superposição e contraposição

entre os recursos tecnológicos imbricados no acesso a maior mobilidade, e os recursos técnicos dos “homens lentos”.

Os “homens lentos” para quem as imagens pré-fabricadas de cidade seriam miragens, não conseguiriam conviver com esse imaginário perverso por muito tempo, descobrindo seu caráter de fábula.

“Cabe lembrar aqui uma categoria pouco explorada na obra de Sartre, a do prático-inerte. Este é o resultado de totalizações do passado, criando configurações resistentes na vida social e, digo eu, também no espaço. (...). Se pobres, homens comuns, os “homens lentos” acabam por ser mais velozes na descoberta do mundo, seu comércio com o prático-inerte não é pacífico, não pode sê-lo, inseridos que estão num processo intelectual contraditório e criativo.

A estrutura dessa população de “homens comuns” favorece o processo. A chegada incessante de migrantes à cidade aumenta a variedade de sujeitos, dos sujeitos comuns e das interpretações mais próximas do “real”. O conteúdo prático-inerte trazido por cada qual é diverso do ambiente prático inerte local.” (SANTOS, 1994, p. 41).

As reflexões de Santos reforçam a idéia de que é no domínio do local onde se estabelece um choque de orientações, obrigando a uma nova busca de interpretações e soluções, e onde estaria ainda resistente a possibilidade da vivência sociabilizada e democrática como indutores de uma maior estabilidade entre o público e o privado.

A hipótese de que esse aspecto da identidade e do pertencimento, naturalmente gestados e incubados na experiência humana “do lugar”, pode ser valorizado e cultivado na cidade como importante elemento de reagregação social e sócio-espacial, revitalizador das dinâmicas vivenciais na adequação dos fluxos de dispersão hegemônicos que permeiam o interior de um ambiente urbano como o megalopolitano, ganha força de razoabilidade.

Não na tentativa de um enfrentamento ou na negação ao modo de vida e dinâmicas cotidianas contemporâneos, mas no sentido de valorizá-los como ferramenta de revitalização de uma condição urbana na esfera da vida pública mais democrática, indicando uma possibilidade de um mergulho mais rico, justo,

participativo e colaborativo, nos inexoráveis fluxos predominantemente mais competitivos e dispersivos.

Esse aspecto do olhar dirigido as questões urbanas é nossa convicção e sustenta toda a reflexão desenvolvida neste trabalho.



### 1.3 A Borda

Nos dicionários da língua portuguesa, Michaelis e Aurélio, encontramos as seguintes definições para Borda:

Michaelis: sf (de bordo) 1. Extremidade limite de uma superfície. (...) 5. Praia, margem. B. de água: território marginal de um rio ou lago; beira-mar. B.-do-campo: limite do campo com a mata.

Aurélio: s.f. Extremidade, limite de uma superfície. / Parte que rodeia e termina um objeto. / Orla, fimbria, aba.

Borda pode se referir então, enquanto limite, ao perfil de uma figura, um corpo, um fechamento perimetral que determina uma forma de configuração e estabelece o limite entre ela e o espaço, ou outro corpo, adjacente.

No universo do Urbanismo, o termo borda é associado não só a idéia de fechamento com precisão de formas, corpos, espaços, lugares, territórios ou regiões, como também, com uma idéia de situação intermediária de passagem entre duas áreas, como espaço de corpo próprio que pode ser experimentado com o atravessamento ou ainda com um percurso linear sobre ele mesmo.

“Vistas a partir dos lugares que ficam encerrados ou separados por bordas, estas se percebem de um modo diferente: é o limite que marca a abertura ou fechamento para outro lugar distinto, dando lugar a experiência do atravessamento. As tensões de atravessamento são complementares às tensões de percurso na borda, constituindo ambas uma experiência existencial fundada na percepção dinâmica do trajeto.” (ARROYO 2007, p. 1)

Circunscritas, ainda, à disciplina do Urbanismo, as bordas como espaço de corpo próprio, simbólico ou material, geram uma fenomenologia que amplia sua aplicabilidade. Uma via perimetral a um rio que margeia um parque não só se apresenta como um limite entre a terra e a água, como também um encontro entre a cidade e a natureza.

Uma rodovia ou uma linha férrea que corta uma malha urbana, pode representar ao mesmo tempo um elemento de sutura entre duas vizinhanças, uma linha perimetral que demarca dois bairros com características socialmente irreconciliáveis, e ao mesmo tempo o elemento de conexão entre os dois lugares distintos .

O conceito de borda pode ser ampliado quando relacionado com outros conceitos-chaves do universo do urbanismo, ao espaço público e à cidade dividida. Michel De Certeau, historiador, filósofo e cientista social francês, quando reflete sobre a ação do indivíduo no espaço tecnocraticamente construído, relaciona o espaço público fisicamente regulamentado com normas e consensos que determinam condutas, com as possibilidades que se abrem para “ações oportunistas”, transgressões à essas condutas que impactam o espaço público produzindo territorialidades instáveis e alternativas.

O conceito de território, quando tratado num sentido afirmativo, estabelece-se como o lugar de articulação, regulando e garantindo através do consenso tanto a coexistência entre os seres da mesma espécie, como também de um máximo de espécies diferentes em um mesmo meio, especializando-o, marcando-o com uma expressão.

Por outro lado, o território pode também ser descrito em sua dissolução, quando ocorre o abandono de sua regularidade, movimentos de dissoluções que o desterritorializam.

“O jogo urbano e de seu espaço público é um jogo de territorialidades que se desterritorializam introduzindo o aleatório e eventual como uma condição da expressão.” (ARROYO, 2007, p.3)

Se reconhecemos no ambiente megalopolitanizado, a cidade fraturada, descontínua, heterogênea e fragmentada; as bordas, as fronteiras, os limites e as passagens, trazem o seu significado social materializados nas questões sócio-ambientais e segregacionais. Com a unidade urbana debilitada, é na borda que esse problema se manifesta e se resignifica.

No município de Atibaia, por exemplo, a Rodovia Fernão Dias determina uma separação clara entre a malha urbana que circunscreve o centro histórico e os

bairros resultantes de sua expansão em loteamentos característicos até os anos 1960, que se mantiveram contidos ao lado este da rodovia.

A partir dos anos 1980 o desenvolvimento de sua malha urbana rompe o limite da Rodovia com o surgimento de bairros de loteamentos populares imediatamente atrás de um alinhamento de loteamento industrial que se estabeleceu na margem oposta daquela borda .

A Rodovia Dom Pedro I, cruza o município mais ao norte de sua malha urbana, como elemento de separação e associação da região mais central da cidade, com algumas pequenas propriedades rurais e uma série de novos condomínios fechados que se multiplicam fragmentados ao longo daquela borda.

Ambas as Rodovias enquanto bordas, ao mesmo tempo que separam territórios, bairros e regiões, suturam suas articulações através dos viadutos, passagens, passarelas, estruturando a malha urbana e seu crescimento.

Em todas as cidades, o espaço público pode apresentar-se como um território ou ainda uma borda de características próprias e signos de delimitação.

“As bordas atualizam, expressam e significam diferentes espacialidades e temporalidades da cidade. Estas alternâncias e variações definem não só uma característica do espaço público da cidade contemporânea, como também uma de suas problemáticas mais agudas: a da cisão, a segregação, a interrupção da cidade como totalidade sistêmica (...)”. (ARROYO 2007, p. 1).

Até que ponto a atuação do Poder Público através de Políticas Públicas de Educação, Cultura e Lazer que valorizam o sentimento de pertencimento e identidade poderiam colaborar para o afrouxamento dessas bordas intra-urbanas enquanto fronteiras, limites e transições, e no fortalecimento de seus aspectos associativos na cidade, costurando nas dinâmicas cotidianas e vivenciais, o interior das comunidades distribuídas em seus territórios na construção de uma “totalidade sistêmica”?

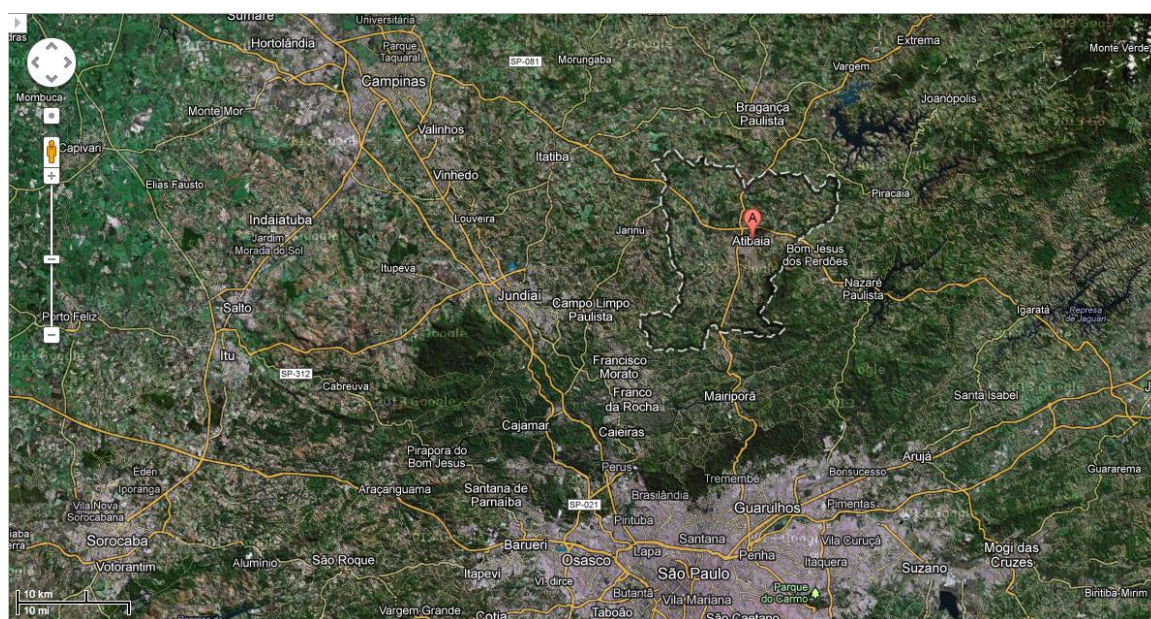
O município de Atibaia enquanto unidade administrativa, pode ter considerado seu território à borda das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, na

medida em que não pertence oficialmente à nenhuma das duas Regiões, ainda que inserida nesse mesmo ambiente urbano metropolitano, mas em condições e características específicas que a diferem, por exemplo, de municípios mais próximos daquelas metrópoles.

O município de Souza na Região Metropolitana de Campinas, por exemplo, ou o de Guarulhos na Região metropolitana de São Paulo, inseridos cada um oficialmente nas respectivas Regiões Metropolitanas, e mais próximos dos centros dessas metrópoles, têm, até por conta da materialização física de conurbações de suas malhas urbanas, suas bordas mais diluídas e tendem a apresentar dinâmicas vivenciais e cotidianas mais alinhadas as dinâmicas metropolitanas, diferentes daquelas que pretendemos reconhecer e destacar aqui, no município de Atibaia.

## CAPÍTULO 2 – O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA: O caráter hegemônico metropolitano suas transformações e reações locais.

Imersa na Megalópole do Sudeste do Brasil e com uma população de 126.603 habitantes (IBGE, 2010), o Município da Estância de Atibaia situa-se a uma distancia de 67 Km de São Paulo, 60 KM de Campinas, 90 KM de São José dos campos, 160 de Sorocaba, e 134 Km de Santos, limita-se ao norte com o município de Bragança Paulista, ao sul com os municípios de Franco da Rocha, Mairiporã e Francisco Morato, a leste com os municípios de Piracaia, Nazaré Paulista, e Bom Jesus dos Perdões, e a oeste com os municípios de Jarinú e Campo Limpo Paulista.

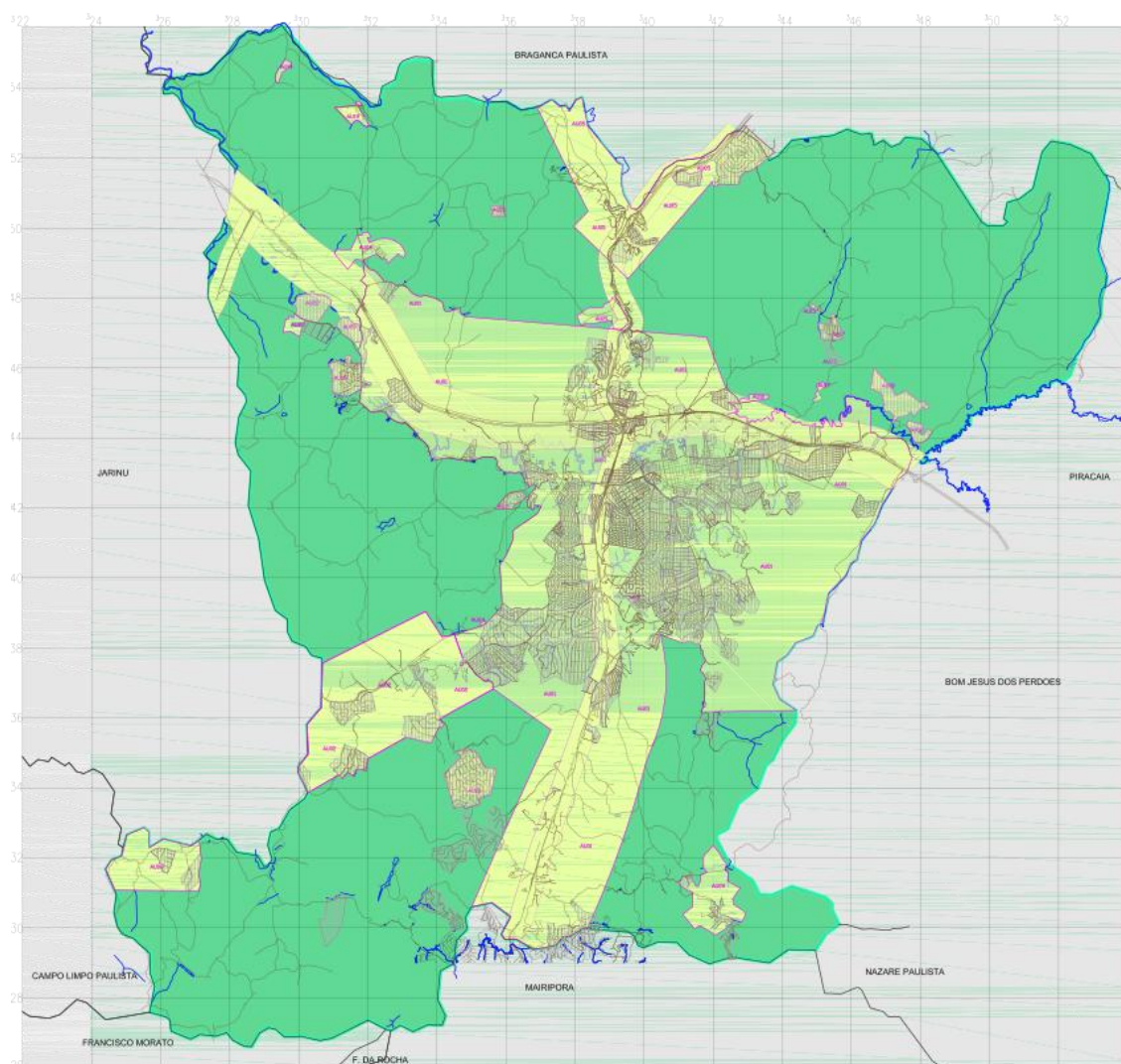


**FIGURA 1.** O Município da Estância de Atibaia na borda das metrópoles.

Fonte: Google Earth, 2013

Assentada no entroncamento de dois eixos de fluxo importantes, a Rodovia Dom Pedro I e a Rodovia Fernão Dias, abrange uma área de aproximadamente 480 Km<sup>2</sup> (478,52 Km<sup>2</sup> PEA, 2010), sendo 57% de sua área zona rural e 43% zona urbana, sem pertencer oficialmente a nenhuma das Regiões Metropolitanas de Campinas e São Paulo, encontra-se na borda dessas regiões.

Fundada em 1665, Atibaia nasceu a partir de uma “paragem” de percursos importantes de penetração das Entradas e Bandeiras para as “Terras dos Gerais”, nasce portanto, como um nó, um ponto de parada, reabastecimento e encontro, de um eixo de expansão e ocupação da Coroa Portuguesa, carregando em sua gênese uma relação de origem com os fluxos de expansão territorial.



**FIGURA 2.** Município de Atibaia e suas bordas.

Fonte: PEA (Prefeitura da Estância de Atibaia), 2011.

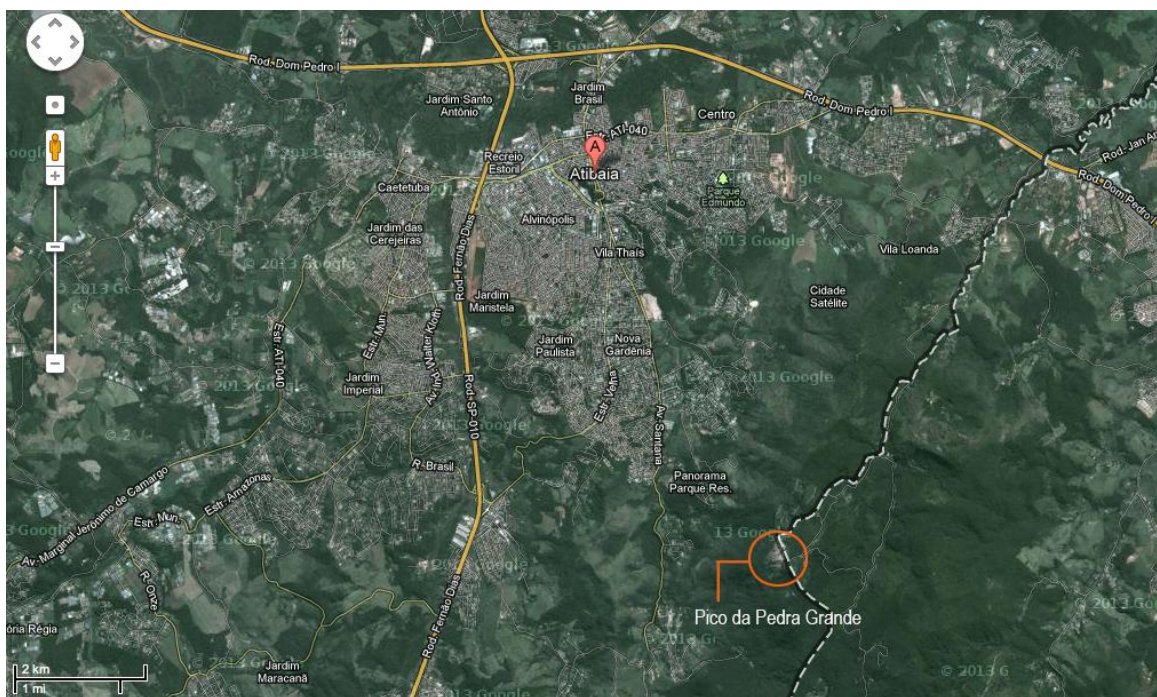
Se originalmente, nasce como um elemento estruturante e realimentador daquela rede de expansão territorial, neste trabalho, aquilo que nos interessa é a manifestação em suas dinâmicas cotidianas e vivenciais que podem traduzir características próprias, agora, de contradição e reativas aos movimentos de



expansão e crescimento hegemônicos metropolitanos, característicos dessa região do Estado de São Paulo.

Circundada por um conjunto de serras, sendo 8% dentro de seu território, com uma altitude média de 750 e 850 metros, tem na Serra de Itapetinga, com sua vegetação particularizada na rara flora xérica e em seu Pico da Pedra Grande com 1450 metros de altitude, referências biológicas e geográficas importantes como elementos materiais de identidade para sua população.

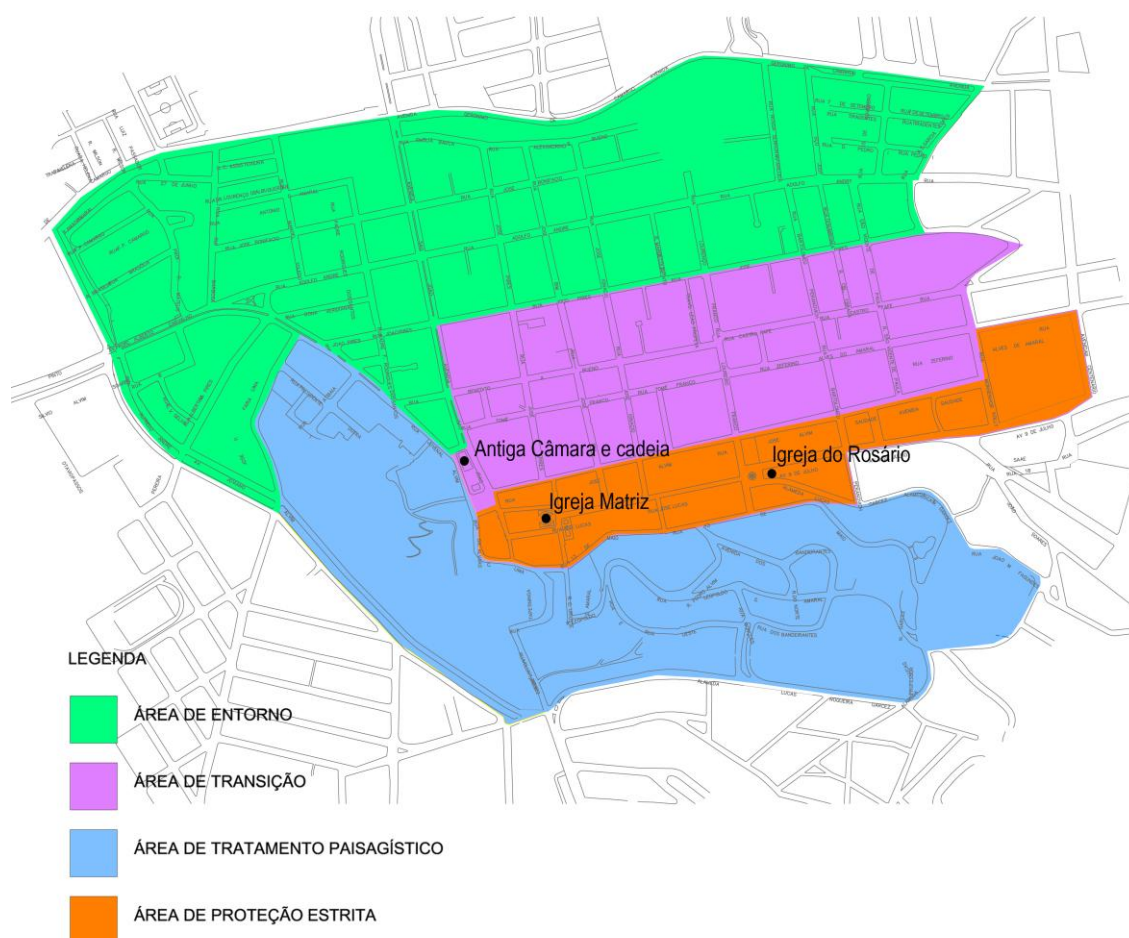
Possui algumas Unidades de Preservação Ambiental conhecidas como Áreas de Preservação Ambiental do Sistema Cantareira e do Bairro da Usina, além de outras áreas protegidas como o Tombamento da Serra do Itapetinga, o Parque Municipal da Grotta Funda, e a APA Municipal das Várzeas do Rio Atibaia.



**FIGURA 3.** Pico da Pedra Grande em relação a malha urbana de Atibaia.

Fonte: Google Hearth, 2013.

Carrega nos vestígios de seu desenvolvimento urbano, um cenário inicial comum a outras cidades brasileiras. A Matriz, o Rossio, a Câmara, a Cadeia, a Igreja do Rosário, o Mercado, a malha urbana reticulada e as habitações se acomodando no entorno desse núcleo histórico central.



**FIGURA 4.** Centro Histórico.

Fonte: PEA, 2013.

Está dividida oficialmente em 43 bairros com distribuição populacional conforme QUADRO 1, relativo ao censo do IBGE do ano de 2010.

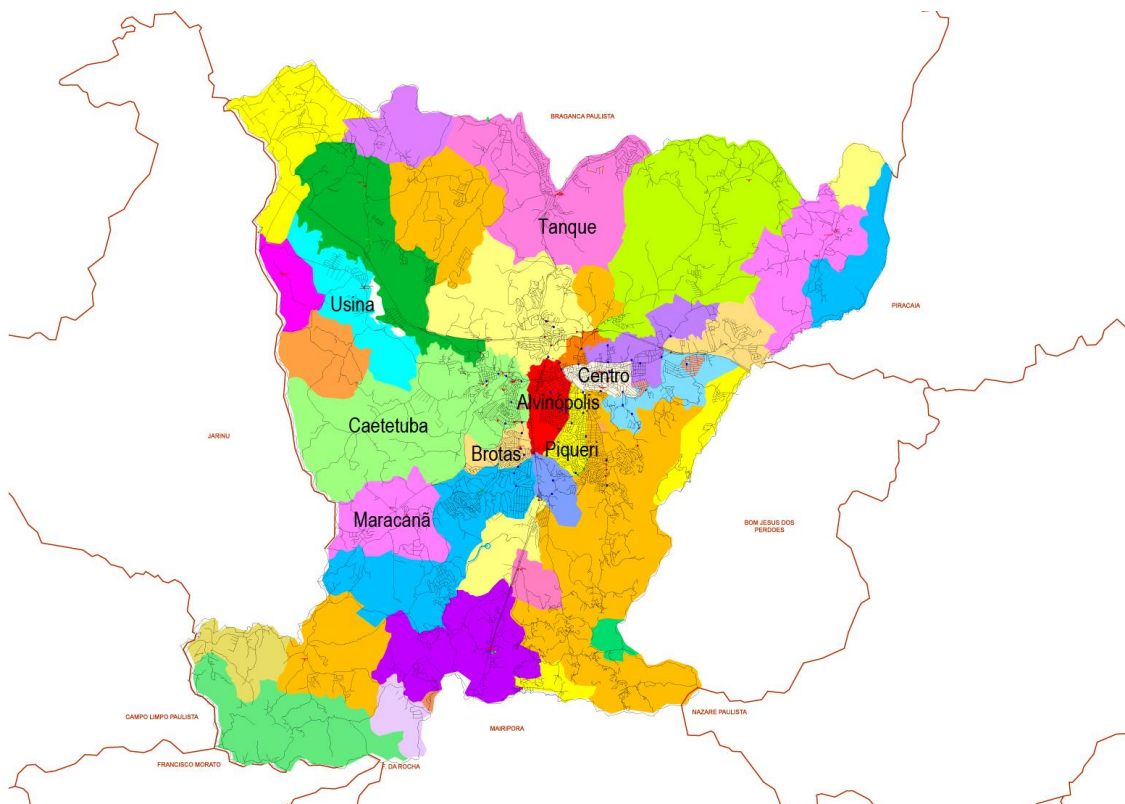


<b>COD.</b>	<b>NOME DO BAIRRO</b>	<b>POPULAÇÃO RESIDENTE</b>	<b>ÁREA km<sup>2</sup></b>	<b>DENSIDADE (hab/km<sup>2</sup>)</b>
01	AGUA ESPRAIADA	19	3,64	5,22
02	ALVINOPOLIS	21948	5,6	3919,29
03	ARROZAL	156	9,1	17,14
04	BOA VISTA	2800	41,43	67,58
05	BOA VISTA DOS GOMES	200	6,2	32,26
06	BROTAS	14444	4,8	3009,17
07	CACHOEIRA DO MATO DENTRO	40	3,9	10,26
08	CACHOEIRA	529	15,4	34,35
09	CAETETUBA	20253	24,07	841,42
10	CAIOÇARA	2951	22,7	130
11	CAMPININHA	150	8,5	17,65
12	CAMPO DOS ALEIXO	281	4,6	61,09
13	CANEDOS	287	9,02	31,82
14	CENTRO	9474	3,3	2870,91
15	ESTANCIA LYNCE	2510	1,7	1476,47
16	GUAXINDUVA	797	7,8	102,18
17	IARA	388	12,2	31,8
18	ITAPETINGA	4573	43,7	104,65
19	JUNDIAIZINHO	98	0,39	251,28
20	LAGOA	106	4,9	21,63
21	LARANJA AZEDA	226	6,1	37,05
22	LARANJAL	236	11,11	21,24
23	MARACANÃ	2732	15,1	180,93
24	MARMELEIRO	3477	9,3	373,87
25	MATO DENTRO	3079	22,73	135,46
26	MATO DENTRO DO LAJEADO	178	8,97	19,84
27	PALMEIRAS	286	7,5	38,13
28	PINHEIRINHO	566	4,2	134,76
29	PINTOS	43	2,2	19,55
30	PIQUERI	12934	3,5	3695,43
31	PIRES	155	4,7	32,98
32	PONTE	1932	1,5	1288
33	PONTE ALTA	937	16,4	57,13
34	PORTÃO	3559	16,8	211,85
35	RESSACA	3439	7,2	477,64
36	RIBEIRAO DOS PORCOS	125	3,6	34,72
37	RIO ABAIXO	1820	27,65	65,82
38	RIO ACIMA	328	13,7	23,94
39	ROSARIO	479	5,7	84,04
40	SÃO JOAO DAS PITAS	244	2,8	87,14
41	SÃO ROQUE	390	11,8	33,05
42	TANQUE	6510	27,8	234,17
43	USINA	924	14,69	62,9
<b>TOTAL</b>		<b>126603</b>	<b>478</b>	<b>264,86</b>

**QUADRO 1.** Quadro de distribuição da população de Atibaia.

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2010.

Podemos observar que as maiores concentrações populacionais estão assentadas respectivamente nos bairros de Alvinópolis, Caetetuba, Piqueri, Brotas, e Centro. A FIGURA 5 , localiza cada um desses bairros na distribuição geral do município.

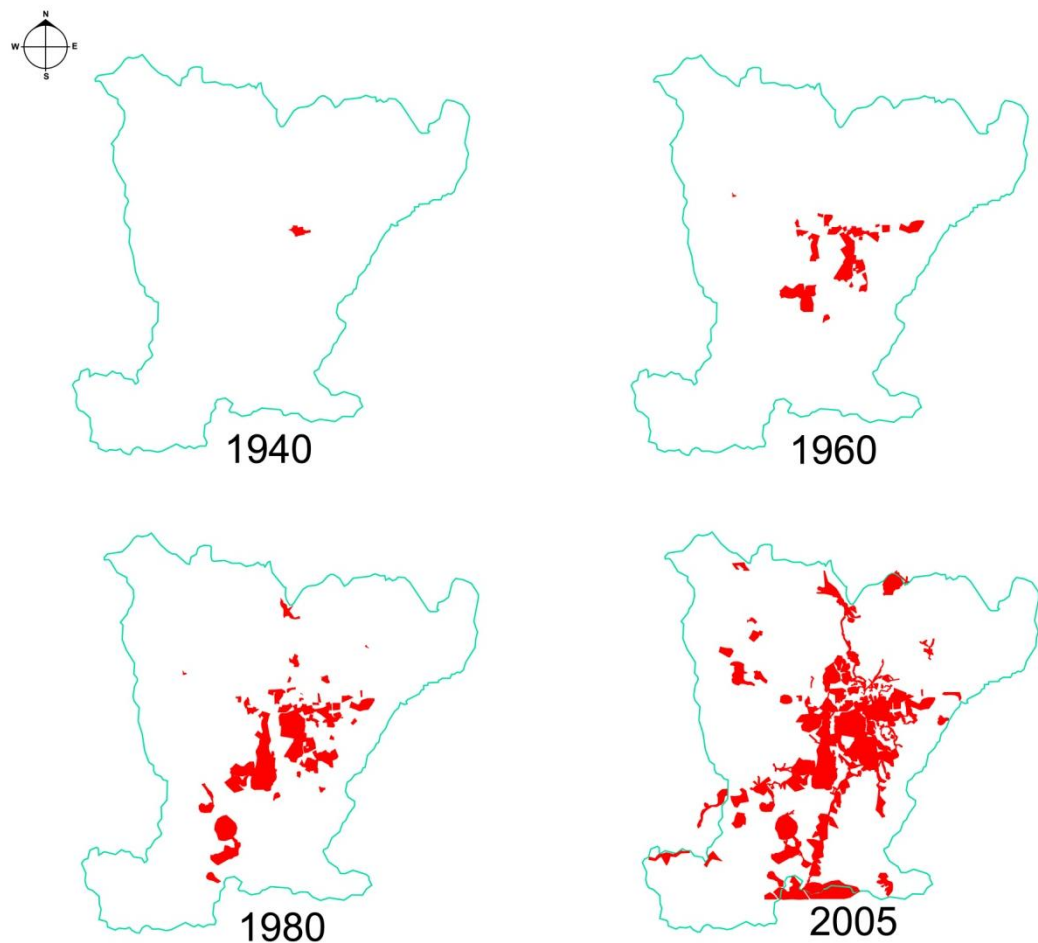


**FIGURA 5.** Mapa dos bairros de Atibaia.

Fonte: SUMA (SECRETARIA de Urbanismo e Meio Ambiente de Atibaia), 2012

Destaque-se que em números absolutos, o bairro de Caetetuba tem a segunda maior população, só que espreada numa área maior e periférica, com população de menor renda e numa condição social e de urbanização mais precária, ao contrário do bairro do Alvinópolis, mais central.

Inserido e integrado no ambiente urbano da Megalópole do Sudeste do Brasil, o município de Atibaia se articula e é um elemento de manifestação dos movimentos de expansão e crescimento urbano dessa região e suas transformações, refletindo esse fenômeno em vários aspectos de sua condição urbana.



**FIGURA 6.** Mapa de desenvolvimento da malha urbana de Atibaia.

Fonte: SUMA.

A relação inicial entre Atibaia e seus habitantes, e os habitantes da metrópole é fundamental na construção de um entendimento das origens de sua condição urbana contemporânea, e nos debruçaremos sobre ela.

Os primeiros loteamentos de chácaras iniciados nos anos 1950/60, trouxeram uma população flutuante de veranistas, em sua maioria paulistanos, que passavam a desfrutar o ritmo de cidade pacata que Atibaia oferecia como opção de lazer nos finais de semana, veraneio e férias escolares, assim como de casais de aposentados que se transferiam definitivamente para o município.

Como apelo promocional, o Poder Público apresentava a cidade como *“Um Paraíso Quase Possível Na terra”*, slogan replicado nas peças de artesanato

comercializados como “lembranças de Atibaia”, explorando sua característica de cidade interiorana com taxa de urbanização, então, de 39% (QUADRO 2).

Naquele período, ainda mantinha dinâmicas vivenciais próprias das cidades rurais do interior paulista, com uma população pacata, praças bem cuidadas e coretos vivos com apresentação da Banda Municipal 24 de Outubro, reconhecida na região por suas apresentações em datas comemorativas e aos finais de semana.

Com a consolidação desse movimento iniciado nas décadas de 1950/60, a cidade começava a experimentar então os primeiros sinais de mudança de velocidade e adensamento, concentrados nos finais de semana e manifestados no abrupto aumento do número de automóveis em suas ruas estreitas nas áreas centrais, originalmente tráfegadas por transporte de tração animal.

Ano	Densidade (hab/km <sup>2</sup> )	Taxa de Urbanização (%)
1950	39	39
1960	48	39
1970	77	55
1980	121	84
1991	199	88
2000	233	87
2007	243	89
2010	264	91

**Quadro nº2.** Evolução da Densidade Populacional, e Taxa de Urbanização de Atibaia 1950/2010, População Residente.

Fonte: PEA

Se num primeiro momento do desenvolvimento de sua malha urbana, a Rodovia Fernão Dias que corta seu território num eixo de sentido Norte–Sul, determinava uma borda natural que limitava e continha seu crescimento naquela

direção, a partir dos anos 1970/80, transpondo o limite estabelecido pela Rodovia, começa a desenvolver o seu crescimento naquela direção.

A cidade que nos anos 1970 havia quase que dobrado seu adensamento populacional residente, em relação aos anos 1950, e que nos anos 1980 atingia a marca de 84% de urbanização (QUADRO 2), aumentava sua demanda de serviços básicos e foi naquela região do território onde se iniciou o assentamento daqueles que se transferiam para o município atrás de emprego na área de construção civil, comércio e outros serviços, sinalizando ali uma espécie de replique de um micro processo de periferação, em grande parte, similar ao experimentado na grande metrópole industrial de São Paulo, por exemplo.

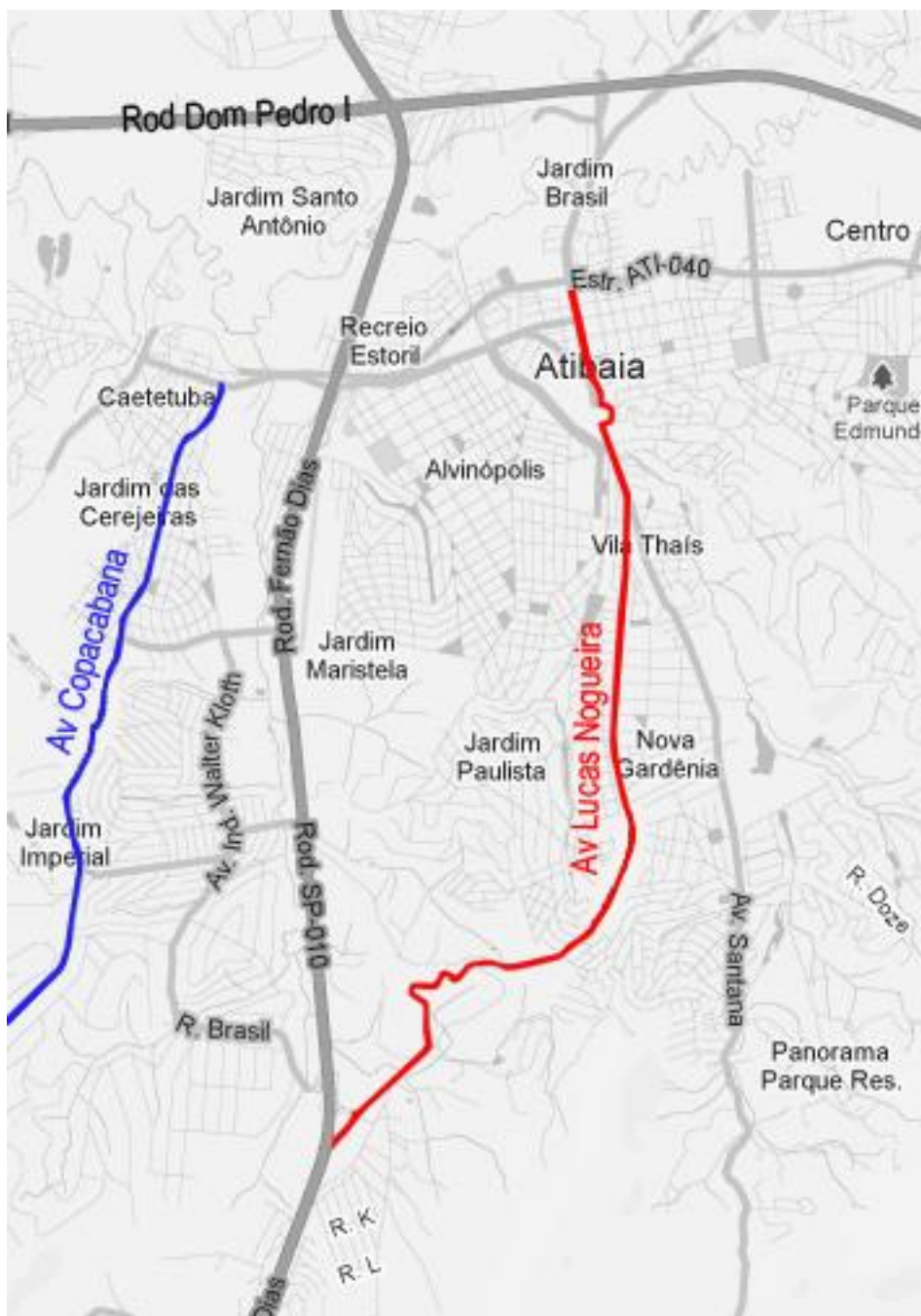
Ainda nos anos 1970/80, começam a predominar os loteamentos residenciais com lotes de 600 m<sup>2</sup>, conservam ainda um importante relação com o atendimento ao fluxo de famílias paulistanas que fugiam do ritmo metropolitano de São Paulo, adquirindo uma segunda residência no município para descanso e lazer nos finais de semana.

Em 1979/80 isso era evidenciado no fato da cidade, com então aproximadamente 60.000 habitantes, possuir quatro fabricantes de piscinas vinílicas e três fabricantes de casas pré-fabricadas em madeira, evidentemente atendendo a uma demanda de mercado bastante forte não só no município, como também na região, que atendia a esse movimento hegemônico metropolitano também manifestado nos municípios de Mairiporã, Jarinú, Piracaia, Campo Limpo Paulista, e em menor escala em Bom Jesus dos Perdões. Essas indústrias foram naturalmente se acomodando às margens das Rodovias Fernão dias e Dom Pedro, em loteamentos industriais específicos.

A velocidade característica de cidade rural começa a dar lugar a um dinamismo maior, mas as praças continuavam bem cuidadas, a banda 24 de Outubro ainda animava os coretos do município, e o sentimento geral de cidade tranquilidade ainda persistia.

As primeiras avenidas, ainda sem pavimentação, foram abertas nesse período, 1970/80, orientando o crescimento da malha urbana no sentido norte/sul, como a Avenida Lucas Nogueira Garces, à leste da Rodovia Fernão Dias servindo aos loteamentos residenciais com lotes de 600 m<sup>2</sup> ao sul do centro histórico, e a

Avenida Copacabana, no mesmo sentido norte/sul, mas do lado oeste da Rodovia, atendendo aos loteamentos mais populares que se desenvolviam atrás dos loteamentos industriais às margens da Rodovia.



**FIGURA 7.** Mapa com as Avenidas Lucas Nogueira Garçês, e Copacabana.

Fonte: Google Maps mais intervenção. 2012.

No final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 os bairros residenciais, ainda horizontais como até hoje, passaram a assentar famílias que se mudavam definitivamente de São Paulo, mas com a manutenção dos empregos e negócios na metrópole paulistana, consolidando-se por um período com as características daquilo que ficou conhecido como “cidade dormitório”.

Nos anos 1990, escolas particulares e super mercados de grandes redes estaduais, se multiplicam em seu interior atendendo a demanda do município após um acelerado crescimento que continua persistindo até os dias de hoje, já apresenta os primeiros sintomas de insuficiência de sua malha urbana no acolhimento da frota residente de veículos, com congestionamentos nos horários de pico relacionados mais acentuadamente aos horários escolares e comerciais.

A forte aceleração no crescimento populacional apresentado nas décadas de 1960/70/80, acompanhada da forte taxa de urbanização, trouxe um impacto nas dinâmicas vivenciais internas do município.

Ano	Urbana	Rural	Total
1950	7117	11335	18452
1960	8957	14094	23051
1970	20380	16459	36839
1980	48445	9362	57807
1991	83757	11585	95342
2000	96874	11426	111300
2010	115229	11374	126603

**QUADRO nº3.** Crescimento populacional residente.

Fonte: IBGE

O centro da cidade passa por transformações sensíveis. A Praça Aprígio de Toledo ao lado do Mercado Municipal com seu tradicional coreto jazendo como um mausoléu, passa a ter concentrado no seu entorno sete agências bancárias, o fluxo de pessoas amplia-se enormemente comprimindo o tempo de permanência

das pessoas naquele local que disputam espaço com um grande fluxo de automóveis.

As antigas residências das ruas próximas ao Centro Histórico, algumas remanescentes do período colonial, são transformadas em bares, restaurantes e lojas, imobiliárias, vídeos locadoras e lanhouses, com adaptações internas e nas fachadas ao sabor das decisões de seus locatários, uma vez que o Centro Histórico só veio a consolidar-se oficialmente em 2007, só então, estabelecidas as restrições que por hora vigoram.

A Estação Rodoviária fica sobrecarregada com linhas de transporte interurbano somadas a linhas urbanas que concentram ali também os terminais de linhas urbanas. Para São Paulo, com viagens a cada meia hora soma-se um fluxo cada vez maior para cidades circunvizinhas e a cada duas horas e meia para Campinas.

O comércio nos arredores, emerge em pequenas lojas populares e algumas grandes redes de comércio, também popular. Estabelece-se o contraste entre a grande movimentação e fluxo de pessoas durante o dia, e a desertificação noturna, uma vez que perdeu a característica mista comercial/residencial, e o comércio que ali se instalou tem seu interesse tem, evidentemente, no período diurno de maior movimentação.

A dinâmica vivencial cotidiana se transforma, se fragiliza, com as mudanças nos lugares tradicionais do encontro. A cidade experimenta um estranhamento, uma cisão clara do sentimento de pertencimento e identidade entre os “nativos” e os “novos moradores”, assim reconhecidos e assim tratados. Os bairros residenciais, com suas praças por serem consolidadas, ainda padecem em sua maioria de pavimentação.

Se considerarmos que a dinâmica cotidiana de deslocamento pendular diário pode alcançar entre 120 a 150 Km para os habitantes da Megalópole do Sudeste do Brasil (QUEIROGA, BENFATTI, 2010), o aumento relativamente proporcional entre os automóveis, ônibus e micro ônibus, sugere que no município de Atibaia existe um equilíbrio entre as opções de transporte individualizado com a utilização do automóvel, e a opção do transporte coletivo através das linhas interurbanas convencionais, ônibus e micro ônibus fretados.



Atibaia se vê mergulhada no fluxo predominante e hegemônico metropolitano, recorrente e com intensidade variada nos diversos núcleos urbanos de menor porte inseridos nesse sistema.

As atividades de socialização, o exercício do encontro, passa a ser experimentado de forma fragmentada nos bairros. Aqueles loteamentos para a população de maior poder aquisitivo, onde o comércio e o estabelecimento comercial é proibido, apesar de sua característica de horizontalidade, apresenta uma dinâmica vivencial similar aos condomínios verticais dos grandes centros urbanos, onde por vezes, as famílias de uma unidade residencial desconhece e não estabelece nenhuma relação cotidiana com o vizinho. A rua não articula qualquer forma de relacionamento entre os moradores e o encontro limita-se à eventualidade das atividades de compra nas padarias, pequenos mercados, e lojas comerciais que começam a formar pequenos núcleos ao longo das avenidas que servem a este bairros.

Nos bairros mais populares, “do lado de lá da Fernão”, algumas peculiaridades acabam por garantir uma dinâmica cotidiana mais intensa que nos bairros com população de maior poder aquisitivo. Os núcleos comerciais seguem alinhando-se ao longo das Avenidas, mas pequenos comerciantes se estabelecem no interior dos loteamentos atendendo a uma demanda natural e por conta de regras menos restritivas e fiscalização menos rigorosa.

O “campinho” de futebol ocupando o espaço de lotes vazios e de futuras praças a serem consolidadas, catalisa e orienta a formação de núcleos comerciais, o bar, o mercadinho, e nos finais de semana nas atividades de lazer desenvolvidas ali, se dá o encontro que alimenta a construção do sentimento de pertencimento e identidade.

Outro componente que não pode deixar de ser destacado na dinâmica cotidiana e vivencial da população dessa região, diz respeito ao seu deslocamento diário para o trabalho e para a escola. Ela se dá, diferentemente dos bairros de maior poder aquisitivo, através do transporte coletivo que reúne nos horários específicos sempre os mesmos moradores. O sentimento comunitário, de pertencimento, é aqui mais uma vez realimentado no encontro

cotidiano, no exercício diário e na identificação das dificuldades e precariedades comuns.

Manifesta-se aqui o *“recurso à identidade, aquele ligado ao sentimento de pertencimento a um lugar”*, reafirmado por Bauman quando reflete sobre o cosmopolitismo dourado e sedutor da mobilidade das elites globais, acentuando que esse sentimento de pertencimento e identidade, deve ser considerado como um processo contínuo de definir-se, de inventar e reinventar a própria história.

É importante notar que nas regiões mais afastadas dos cuidados do Poder Público, a vivência cotidiana segue manifestando-se espontaneamente, e de forma mais consistente que nas regiões centrais de maior poder aquisitivo onde os espaços tradicionais de convivência se diluem, e a dinâmica cotidiana se transforma num elemento desagregador de convivência social.

Uma mudança significativa desse cenário, no caso de Atibaia, só é perceptível a partir dos anos 2000. Vários fatores podem ser considerados como importantes para o aquecimento da dinâmica vivencial e cotidiana no interior do município, na esfera pública, e procuraremos destacar a frente neste trabalho, aquilo que diz respeito as ações do Poder Público nas Políticas Públicas de Educação, Cultura e Lazer,

## 2.1 Um Perfil Social do Município e seus Viventes

A apresentação dos quadros abaixo objetivam revelar alguns números que norteiam o perfil social e algumas condições atuais do município de Atibaia:

Ano	Reais
2000	610.046.000,00
2008	2.198.384.000,00
2010	3.000.000.000,00

### QUADRO nº4. Produto Interno Bruto.

Fonte: Secretaria do Planejamento de Atibaia, 2010.

Famílias	% de fam.	Sal. Mínimo	Renda	% de renda
11.316	27,30	Até 3 SM	105.899.636,00	5,26
8.707	21,01	3 a 5 SM	169.712.596,00	8,42
11.071	26,71	5 a 10 SM	385.025.847,00	19,11
6.057	14,61	10 a 20 SM	394.713.592,00	19,59
1.946	4,69	20 a 30 SM	245.578.047,00	12,19
2.354	5,68	Acima de 30 SM	713.912.552,00	35,43

### QUADRO nº5. Distribuição de renda.

Fonte: Secretaria do Planejamento de Atibaia, 2010.

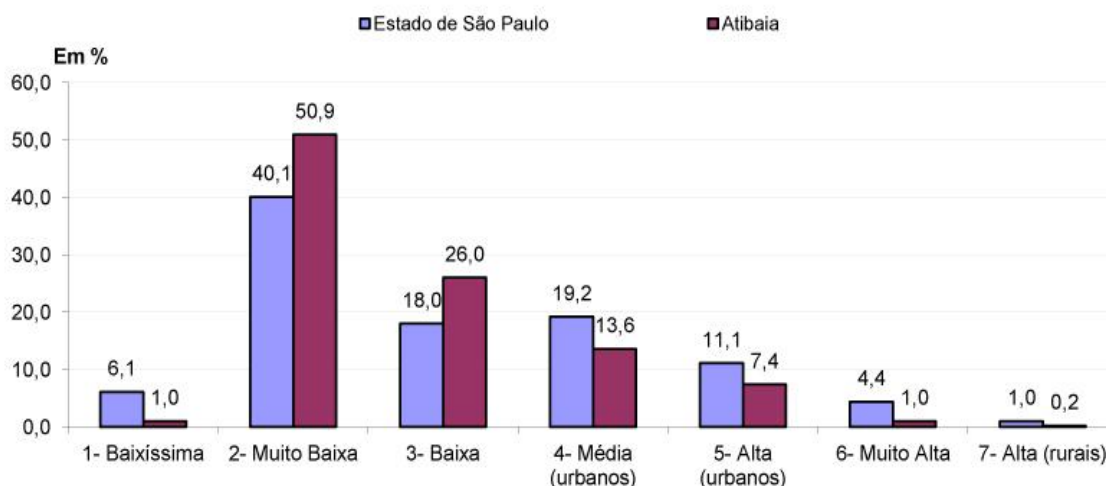
A Fundação Sistema Estadual de Análise Estatística (SEDAE), matem um monitoramento dos Índices Paulistas de Vulnerabilidade Social (IPVS), em cada um dos municípios dentro do Estado de São Paulo, e o GRÁFICO 1 apresenta um dado comparativo entre o município de Atibaia e a condição media Estadual.

No levantamento, a população é distribuída em 7 grupos de acordo com o grau de vulnerabilidade determinado.

O grupo 1 (vulnerabilidade baixíssima), é formado por 1.165 pessoas relativas à 1% do total com rendimento nominal de R\$ 8.140,00 e 1,6% deles a renda não

ultrapassava meio salário mínimo per capita. A idade media dos responsáveis pelo domicílio era de 51 anos, e aqueles com menos de 30 anos representavam 6,5%. Dentre as mulheres chefes de domicílio, 5,0% tinham menos de 30 anos e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 6,3% do total da população desse grupo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.



**GRÁFICO 1.** Comparação dos Índices de Vulnerabilidade Social entre Atibaia e o Estado de São Paulo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.

O grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa), possui uma população de 61.665 pessoas (50,9% do total) com rendimento nominal médio de CR\$ 3.610,00 e em 7,3% deles a renda não ultrapassava a meio salário mínimo per capita. A idade media dos responsáveis pelo domicílio era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,2%. Dentre as mulheres chefes de domicílio, 8,2% tinham até 30 anos e a parcela de crianças com menos de 6 anos equivalia a 6,4% do total da população desse grupo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.

O grupo 3 (vulnerabilidade baixa), é formado por 31.408 pessoas (26,0% do total) com rendimento nominal médio de R\$ 2.011,00 e 14,8% deles não tem rendimento que ultrapassava meio salário mínimo. Os chefes de domicílio tinham uma idade média de 43 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,9%. As mulheres chefes de domicílio com menos de 30 anos representavam 8,8% do total da população desse grupo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.

O grupo 4 (vulnerabilidade média – setores urbanos), agrupa 16.453 pessoas (13,6% do total) com rendimento nominal médio de R\$ 1.818,00 onde 19,8% deles a renda média mensal não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Os chefes de domicílio tinham idade média de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 11,9%. Entre as mulheres chefes de domicílio, 8,9% tinham até 30 anos e as crianças com menos de 6 anos equivaliam a 8,8% do total desse grupo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.

O grupo 5 (vulnerabilidade alta – setores urbanos) é formado por 8.917 pessoas que representam 7,4% do total. No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio é de R\$ 1.549,00 sendo que 29% deles a renda não ultrapassa meio salário mínimo per capita. Os indicadores demográficos apontam a idade média dos responsáveis pelos domicílios de 42 anos, sendo que aqueles com menos de 30 anos representam 23,4%. As mulheres chefes de domicílio com até 30 anos somavam 23,9% e a parcela de crianças com menos de 6 anos equivalia a 11,3% da população total desse grupo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.

O grupo 6 (vulnerabilidade muito alta – aglomerados subnormais), possui 1.241 pessoas que representam 1,0% do total. No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$ 1.081,00 e em 32,5% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com mais de 30 representavam 32,2%. Entre as mulheres chefes de

domicílio, 24,6% tinham até 30 anos e parcela de crianças com menos de 6 anos representava 14,0% do total desse grupo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.

O grupo 7 (vulnerabilidade alta – setores rurais) é formado por 187 pessoas que representam 0,2% do total. O rendimento médio dos domicílios era de R\$ 1.466,00 e em 28% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. A idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 12,0%. Entre as mulheres chefes de domicílio, 6,3% tinham menos de 30 anos e a parcela de crianças com menos de 6 anos equivalia a 9,1% do total desse grupo.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; SEDAE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 2010.

### **3.0 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER NOS ANOS 2000: Considerações iniciais**

A partir do ano 2003, no Brasil, com a eleição para a Presidência da República no ano anterior, o novo governo eleito assume um discurso, seguido de ação política, onde propõe um aprofundamento na democracia participativa e na qualificação das Políticas Públicas.

Gestado nesse contexto de busca do aprimoramento da gestão pública, surge o Plano Nacional de Cultura (PNC) propondo-se um mecanismo de planejamento de médio e longo prazo, objetivando consolidá-lo como instrumento propulsor das ações do Estado nesta área, partindo no nível Federal e estruturando as ações no nível Estadual e Municipal.

O vetor participativo como eixo de construção do plano, seus desdobramentos objetivando capilaridade até a escala do lugar, devem ser destacados como elementos de origem, significativos e característicos nas ações de políticas públicas de Atibaia nos anos 2000, quando tratados aqui, neste capítulo, que se adéqua às diretrizes do PNC abrindo um canal importante de financiamento.

Em Atibaia, a eleição municipal de 2000 havia ao poder um grupo político novo e jovem do cenário local, comprometido com as antigas manifestações de vivências e dinâmicas sócio-culturais do município que se transformara nas três décadas anteriores, como palco de suas infâncias e adolescências. Durante três gestões de políticas públicas consecutivas, até as últimas eleições de 2012 quando um outro grupo político assume o Governo Municipal, as Secretarias de Cultura e de Educação e Eventos em sintonia com as políticas públicas culturais federais, algumas vezes em ações conjuntas e complementares, conseguiram transformações significativas nas dinâmicas vivenciais da cidade, que serão apresentadas e analisadas na sequência deste trabalho, sempre procurando identificar sua relação com a reconstrução e fortalecimento sentimento de identidade e pertencimento, frente aos movimentos hegemônicos de fragmentação sócio-espacial imbricados no processo de expansão metropolitana experimentados nas décadas anteriores.

### **3.1 – Políticas Públicas de Educação, Cultura e Lazer nos anos 2000 – Atibaia**

A partir de 2003 o Município da Estância de Atibaia através de sua Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura e Eventos, dá início a uma série de ações de política cultural que desembocam num amplo cardápio de atividades de onde destacaremos a seguir aquelas mais significativas na identificação de sua relevância com o tema deste trabalho.

#### **3.1.1 – Atelier Underground**

A Secretaria de Cultura e Eventos toma a iniciativa de organizar as atividades dos grafiteiros do município. Antes marginalizados, a atividade ganha status de arte, os trabalhos passam a ser requisitados e os suportes para suas manifestações, a cidade, passa por um processo de escolha, aprovação e conveniência.

Os grafiteiros se organizam a partir de um oficina, local ministrando cursos, palestras e exposições onde ministram cursos das várias técnicas daquela forma de manifestação, e recebem artistas de outras cidades e artistas internacionais.

O contato com os grafiteiros internacionais se dá através de uma ação conjunta com os organizadores do Festival de Atibaia Internacional do Audiovisual (FAIA), que recebe delegações de parceiros de outros países, que se deslocando até Atibaia para participação no Festival, trazem artistas de outras áreas da arte visual para mostras paralelas.

Essa iniciativa organiza este tipo de manifestação na cidade, e a forma de arte daquela “tribo urbana” passa a ser inclusive ministrada em workshops em algumas escolas particulares e nas Oficinas de Comunidades (OC), projeto de cultura que será apresentada mais adiante.

Um movimento de inclusão importante se estabelece aqui. O atelier passa a absorver uma parcela da população de jovens dos bairros mais afastados do centro, que com menos recursos e possibilidades, encontram ali um grupo com o



qual se identificam, ampliando o sentimento de pertencimento e inclusão num grupo vulnerável socialmente.

### **3.1.2 – Banda de Violas**

A partir de um grupo de velhos violeiros conhecidos na cidade pela parcela da população que aprecia essa forma de música, foi organizado uma oficina com cursos específicos e aulas abertas para iniciantes que ingressam na banda e passam a participar de apresentações públicas em eventos e festas da cidade, e apresentações específicas na sala de espetáculos do Centro de Convenções Municipal.

A banda acaba por formar um grupo bastante heterogêneo de faixas etárias, formação profissional, incluindo estudantes, trabalhadores da construção civil, médicos, advogados e comerciários, promovendo o encontro e a atividade artística comum de jovens desde os sete até setenta anos de ambos os sexos.

O sentimento de pertencimento aqui, se evidencia com características particulares na heterogeneidade de seus participantes.

### **3.1.3 – Folia dos Bonecões**

Um bloco carnavalesco tradicional, extinto nos anos 1960, é reativado por um artista plástico da cidade que passa a organizar curso para construção dos bonecos com oficinas em espaço cedido como sede pelo poder público, de onde organiza suas apresentações nos carnavais com marchinhas carnavalescas tradicionais em passeata pelas ruas do Centro Histórico, respeitando o mesmo trajeto que o bloco original.

A bandinha que acompanha os foliões é formada por alguns músicos da Banda Municipal, e o bloco tem apresentado um crescimento constante no número de seus participantes, sem qualquer sinal de refluxo nos últimos doze anos.

As atividades são desenvolvidas quinzenalmente durante todo o ano, e duas a três vezes por semana na proximidade do carnaval, na construção e reforma dos bonecos, e na organização das apresentações.

O grupo aqui também apresenta forte heterogeneidade, tanto na idade quanto na condição social, e hoje, a “folia dos bonecões” conta também com a participação de bonequinhos já que o afluxo de crianças tem sido bastante significativo.

O sentimento de pertencimento e identidade aqui se manifesta não só na formação do grupo como nas figuras dos bonecos. Os bonecos representam sempre personagens conhecidos da população, desde o Zé Pereira que dá nome ao bloco na figura de seu fundador original, passando pela velha senhora que por sessenta anos cuidou da limpeza dos túmulos do Cemitério Municipal, pelo clone de Elvis Presley que anima as portas do comércio local até os dias hoje nos fins de semana, o velho gari do bairro de Guaxinduva, e figuras próprias criadas pelos integrantes do grupo e alteradas a cada ano.

A população se identifica e aprecia muito as apresentações do bloco como um evento peculiar do carnaval da cidade. Sua particularidade se dá na participação de um grande número de crianças, e o caráter cênico das apresentações pelas ruas da cidade, reúne famílias de vários matizes sociais, sendo que hoje atrai também um grande número de pessoas de outras cidades da região, inclusive de São Paulo, exigindo inclusive uma atenção especial do comércio local.

#### **3.1.4 – Festival de Atibaia Internacional de Audiovisual (FAIA)**

O FAIA teve sua primeira edição no ano de 2007, e trata-se de um Festival de curtas metragens e animações com participação de delegações de outros países como a França, Portugal e Ilha dos Açores. A mostra internacional corre em paralelo com as premiações nacionais estruturadas de forma a garantir grande repercussão nacional.

Como acontece tradicionalmente no mês de janeiro, a mostra elege para participação os trabalhos premiados em todas as mostras nacionais ocorridas no ano anterior, o que garante o alto nível de qualidade em suas edições.

O Festival ganha importância no cenário nacional e passa a acolher encontros nacionais do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC), do Conselho Nacional de Cineclubes Brasileiros (CBC) e do Observatório Cineclubista Brasileiro.

O evento durante as férias escolares acolhe um grande número de estudantes como recepcionistas das delegações internacionais, movimentando a cidade lotando os hotéis e estabelecendo uma dinâmica vivencial própria no interior do município durante a semana de sua realização.

A mostra dos filmes e animações se dá no auditório do Centro de Convenções Municipal Victor Brechret, local pouco frequentado pela população dos bairros mais afastados. Os organizadores passam, a partir do ano de 2008, a promover a apresentação do Festival em locais públicos dos bairros mais afastados, e isso contribui para a penetração do evento nas camadas mais populares de seus habitantes.

Hoje é se pode observar a desenvoltura com que os jovens dos bairros periféricos transitam no interior do auditório do Centro de Convenções, e nos bares da cidade durante a realização do Festival, ampliando o sentimento de pertencimento e identidade para aquela parcela de habitantes do município.

As mostras paralelas promovem eventos nos bairros da cidade como as performances de grafiteiros, que reúne aquela tribo em encontros com dimensão internacional. Os grafiteiros das mais variadas matizes sociais criam relação duradoura com grafiteiros de outros países que se estendem para além do período de realização do Festival por meio da internet, mantendo-os atualizados com aquilo que ocorre de importante nesse tipo de atividade.

A delegação de Atibaia quando participa dos Festivais Internacionais nos países sedes das delegações convidadas, sempre leva como parte da equipe um artista da cidade, em suas mais variadas formas de manifestação, fazendo com que o grafite singelo dos muros de um bairro periférico de Atibaia, possa colorir

uma fachada de Contis, Évora, ou Bordeaux, com conexões e links identitários que rompem as bordas geopolíticas internacionais.

### **3.2 – Musica e Cidadania**

A relação do Município com a prática da execução e audição da música no espaço público é antiga e, e pode ser observada na tradicional existência de coretos em suas praças mais antigas como a Praça Aprígio de Toledo onde ocorriam as apresentações regulares da Banda Municipal.

A Corporação musical 24 de Outubro foi fundada em 31 de janeiro de 1931, e durante os anos 1930/40/50/60, fazia apresentações regulares semanais nos coretos das praças da cidade e em festas tradicionais.

Em 1990 é fundada a Fanfarra Municipal de Atibaia (FAMA) que passa também a apresentar-se em festas comemorativas no município e a participar de torneios estaduais.

Foi no ano de 2002, sob regência do Maestro Rogério Wanderlei Brito, cria-se ligado à Secretaria de Educação, o Projeto Música e Cidadania que causará grande impacto nesse tipo de atividade não só no interior do município, mas em todo o meio musical de Bandas e Fanfarras, conseguindo ultrapassar com seus desdobramentos e repercussão, as fronteiras municipais, metropolitanas, estaduais.

O Projeto Musica e Cidadania nasce visando criar uma fanfarra em cada Escola Municipal de ensino fundamental trabalhando com crianças a partir dos sete até os doze anos. O projeto piloto inicia-se com 04 Escolas Municipais e tinha também como objetivo, mudar uma realidade que limitava o alcance das atividades até então, uma vez que, completando o curso do 5º ano letivo, o aluno se desligava da Fanfarra da escola e ingressava no mercado de trabalho, ou se via obrigado a ir estudar musica em outro município, dependendo das possibilidades financeiras e da classe social à qual pertencia.



**FIGURA 8.** Fanfarra da Escola municipal Cido Franco.

Fonte: FAMA, 2012.

Neste sentido, para além da constituição de uma Fanfarra em cada Escola Municipal, o projeto oferece a oportunidade ao aluno que completa o curso fundamental a possibilidade de dar continuidade em sua formação musical através das “Faminhas”. É na sede própria da FAMA, onde as Faminhas absorvem aqueles alunos que pretendem dar continuidade em seus estudos de música com cursos de aulas práticas e teóricas individuais de cada instrumento para grupos de alunos.

Hoje o projeto atinge a todas as 17 escolas Municipais com Fanfarras e instrumentos próprios atendendo cerca de 2.500 alunos, mais 300 alunos nas Faminhas. Os estudantes nas Faminhas, constituem quintetos e quartetos para apresentações individuais e para o aprofundamento do estudo de cada instrumento. Posteriormente, podem ingressar na FAMA, a partir daí com remuneração, que contém sub-grupos: A Bres Band, a Big Band, e a Orquestra Jovem.



**FIGURA 9.** Fanfarra da Escola Municipal Guilherme Contesine.

Fonte: FAMA, 2012.

O Projeto Música e Cidadania em sua lógica continuada de atividades é realimentado em sua larga maioria dos casos com elementos formados dentro do próprio projeto. A exceção dos professores da FAMA, que são professores da OSESP, Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, de fora do município, dos integrantes da Big Band e da Orquestra Jovem que são admitidos em concurso, podendo portanto não ser necessariamente um munícipe, todos os professores e monitores responsáveis pelas atividades nas Fanfarras das Escolas Municipais, os professores e integrantes das Faminhas, dos quintetos e quartetos, são alunos oriundos da FAMA e munícipes por exigência do Projeto, uma vez que os trabalhos são remunerados.





**FIGURA 10.** Escola Municipal Padre Armando.

Fonte: FAMA, 2012.

Os investimentos do Poder Público, portanto, acabam circulando dentro do próprio Município. O investimento anual no Projeto Música e Cidadania circula ao redor de R\$ 800.000,00 por ano, o que significa dizer que o custo mensal de cada aluno é inferior à R\$ 26,00 por mês, uma vez que no total estão incluídos os gastos com monitores, professores, manutenção, administração e gestão das atividades.

O envolvimento da Comunidade aqui é bastante intenso. Por tratar-se de atividade exercida e praticada por crianças, a presença dos pais é condição exclusiva nos deslocamentos dos integrantes das fanfarras.

A reunião nos ensaios, nas organizações de feiras e bingos para angariar fundos complementares, exige uma organização entre os pais, direção da Instituição de Ensino e a comunidade que permeia os muros das escolas trazendo para dentro da instituição os moradores do bairro, e levando para fora as atividades estudantis.

O sentimento de identidade e pertencimento aqui se manifesta de forma intensa, não só nas atividades cotidianas da comunidade, como nos torneios



anuais entre as escolas, desenvolvidos no Campo de Futebol do Município chegando a reunir um público de até 10.000 pessoas, assim como nas apresentações comemorativas pelas ruas da cidade.



**FIGURA 11.** Escola Municipal Armando Silveira.

Fonte: FAMA, 2012.

### 3.3 – Oficinas de Comunidades

O projeto Oficinas de Comunidades (OC) é gerido pela ONG Difusão Cultural desde 2005 e compreende o desenvolvimento de cursos de artes plásticas, desenho em quadrinhos, xilogravura, violão, viola, acordeão, teclado, percussão, confecção de instrumentos musicais, dança contemporânea, dança livre, hip-hop, dança de salão, capoeira, jiu-jítsu, futebol, rádio, teatro, áudio-visual, papietagem, arte reciclagem e griô (contador de estórias).

A Associação de Difusão Cultural de Atibaia é uma Associação fundada em 11/11/1981, declarada de utilidade pública em 18/08/2006 pela Lei de número 3.541, qualificando-se como uma Organização Social (OS) no município de Atibaia através do decreto 5.300 de 13/07/2007..

Tem como objetivo estatutário *“difundir a cultura do Município da Estância de Atibaia, a defesa do patrimônio histórico, ambiental e artístico, promover a participação do indivíduo na comunidade, incrementar a prática da cidadania e a inclusão social através da organização e fortalecimento das Associações de Bairros com a valorização da identidade cultural dos lugares.”* (Relatório de Atividades 2006).

Em parceria com a Secretaria de Cultura, o projeto das OC é desenvolvido anualmente junto a cada comunidade em cada Região do Orçamento Participativo (OP), como um objeto de investimento disponibilizado no *cardápio* de investimentos, de onde a comunidade escolhe através de votação direta, dentro de suas prioridades, aqueles que julgam pertinentes para aquele ano, sempre em detrimento de outras opções de investimento apresentadas.

As atividades e o número de bairros, como consequência o número de alunos, flutuam ao longo do processo, assim como os objetivos específicos em cada ano de atividades. Em 2011, por exemplo, o objetivo específico foi o de oferecer jornada complementar às escolas da rede municipal de ensino, desenvolvendo *“oficinas com temas transversais de cultura de paz para despertar a consciência crítica e cidadã como estratégia de filtro das influências da tv/computador, e outras, na formação das novas gerações do município, sob forma territorializada*

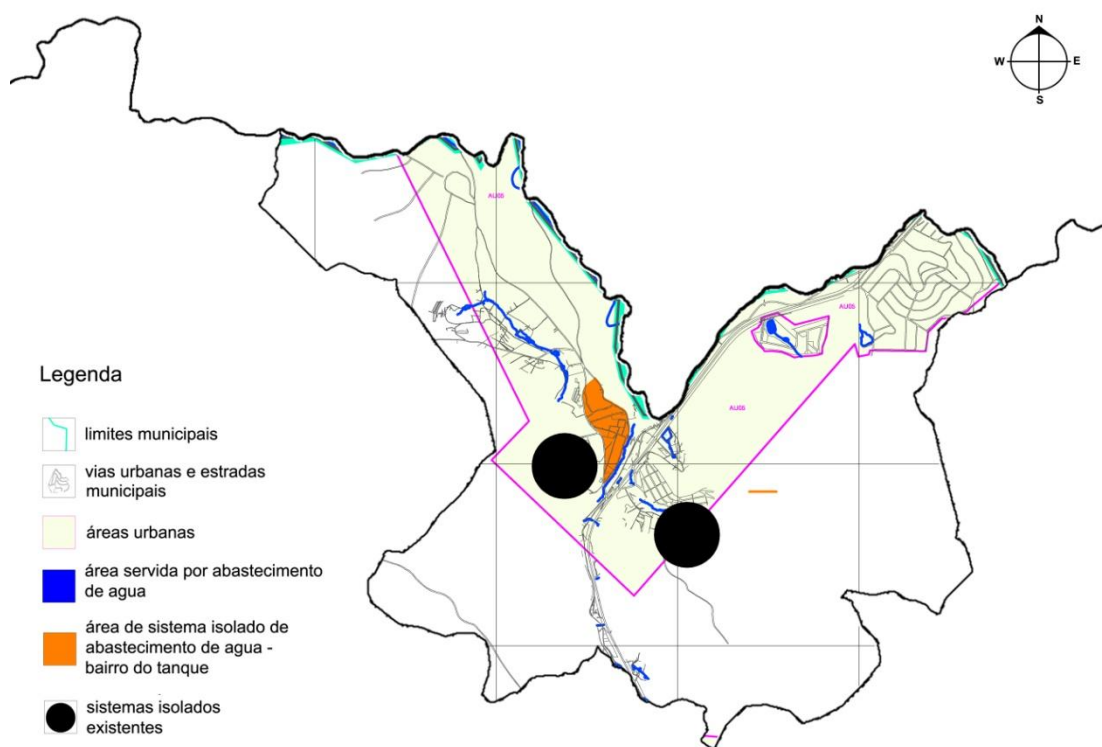
*de acordo com as regiões do plano diretor. Proporcionar as crianças e adolescentes que frequentam as escolas, o contato com a arte, descobrindo suas habilidades e resgatando valores auto-estima, consolidando sua identidade na construção de sua cidadania.”* (Relatório Qualitativo das Atividades do Programa Oficinas de Comunidades 2011).

Em 2006, ano de maior abrangência das atividades, o programa foi desenvolvido num total de 45 bairros divididos na Totalidade das Regiões do Orçamento Participativo, com 1.600 crianças entre 08 e 18 anos, com 21 professores e 12 agentes comunitários.

Nosso recorte analítico, se dará nas ações e nas dinâmicas em desenvolvimento encontradas nos bairros do Tanque e Mato Dentro, região 06 do OP, e a escolha baseia-se em suas características sócio-espaciais e histórico de sucesso e insucessos, como poderemos observar mais a frente.

O bairro do Tanque, onde se localiza o Centro Comunitário daquela região, tem sua micro-história dentro do história do município. Distante a aproximados 7Km do centro de Atibaia, surge a partir de uma estação da antiga Estrada de Ferro Bragantina, que atendia a demanda de produção agrícola daquela micro-região, e possuía o tanque de água que reabastecia os trens. A estação e o tanque de reabastecimento ainda existem e são preservados como símbolos importantes da referência de identidade da comunidade .

Localizado no extremo norte do município, na Região 06 do Orçamento Participativo, faz limite com Bragança Paulista e encontra-se à margem da Rodovia Fernão Dias que o divide em dois lados distintos. De um lado, o oeste, caracterizado por um núcleo urbano distribuído em lotes residenciais a partir de 60 m<sup>2</sup> até chácaras mais afastadas com 2000 m<sup>2</sup>, e um Condomínio Fechado. As chácaras são predominantemente ocupadas por famílias que vivem no local, sendo quase desprezível o numero de chácaras ocupadas por famílias de fora que as utiliza como veraneio de fins de semana.



**FIGURA 12.** Bairro do Tanque Abastecimento de Água

FONTE: SUMA, mais elaboração própria, 2011.

O lado leste é predominantemente ocupado com sítios produtivos para o cultivo de flores, e numa área existente entre a rodovia e os sítios, forma-se uma ocupação irregular conhecida como favelinha, que com uma população de recursos bastante modestos, é acolhida pela comunidade como registraremos mais à frente, com representantes inclusive nas reuniões de conselho locais do OP, e tendo aberta a participação todos os cursos e ações das OC.

O núcleo mais urbanizado do lado oeste funciona como um pólo de distribuição de serviços para as comunidades e bairros menores em seu entorno. É lá que encontram-se, por exemplo, o Centro Médico, a Creche, o Berçário, as Escolas e o Centro Comunitário.

Essa região mais urbanizada com uma malha urbana reticulada tradicional, possui uma praça como centralidade importante ao lado da antiga Estação de trem, e em frente ao antigo tanque, onde se encontra distribuído em seu entorno o centro comercial do bairro que se consolida como um “Pólo de Micro-Bairrinhos”,

conforme denominação utilizada pelos habitantes do local e pelo próprio poder público.

Possui como infra-estrutura municipal os fornecimentos de luz elétrica, água, coleta de lixo tradicional (sem a coleta para reciclagem como em bairros mais centrais), linhas de ônibus, e não possui rede de esgoto.

As linhas de ônibus fazem a ligação com o centro da cidade pela rodovia com intenso movimento pendular diário a cada 40 minutos e é considerado deficiente pela comunidade, que entende que o horário entre os ônibus deveria ser menor para um melhor atendimento de suas necessidades.

A Creche e o Berçário, este último em construção, é uma conquista da comunidade já consolidada na prática do OP, com a compra do lote, a construção da Creche, e agora com as obras do Berçário.

As crianças atendidas por este serviço são basicamente os filhos dos moradores da região que trabalham durante o dia tendo que deslocar-se para o centro da cidade. Segundo a diretora responsável pela Creche, a senhora Roberta Colombo, não existe qualquer orientação por parte dos responsáveis pela gestão no sentido de priorização na escolha das crianças atendidas, e atualmente a Creche atende à 40 crianças até 5 anos.

Quando a criança atinge essa idade ela é imediatamente matriculada na escola municipal de educação infantil EMEI Professora Rosa Stale Garcia, atendendo atualmente a 209 crianças oriundas indiscriminadamente do condomínio fechado, da região mais urbanizada, das chácaras, dos sítios e da favelinha.

Ao completar 6 anos as crianças são matriculadas na Escola Municipal EMEI Gilberto Santana, ainda no mesmo bairro, onde cursarão da 1ª à 5ª série do ensino fundamental. Atualmente existem 500 alunos matriculados com a mesma

acolhida indiscriminada das crianças, acolhida esta, que se estende até a Escola subsequente.

É importante destacar que nos contatos com todas as Diretoras das Escolas, fica evidente que o sentimento de pertencimento consolidado junto à comunidade, não exclui nenhum grupo social, e as crianças da favelinha fazem parte do universo comum e simbólico de “nossas crianças”.

Para cursar da 6<sup>a</sup> à 9<sup>a</sup> séries, e ainda do 1<sup>o</sup> ao 3<sup>o</sup> anos colegiais, o bairro conta com a Escola Estadual Maria do Carmo que atende à 850 crianças.

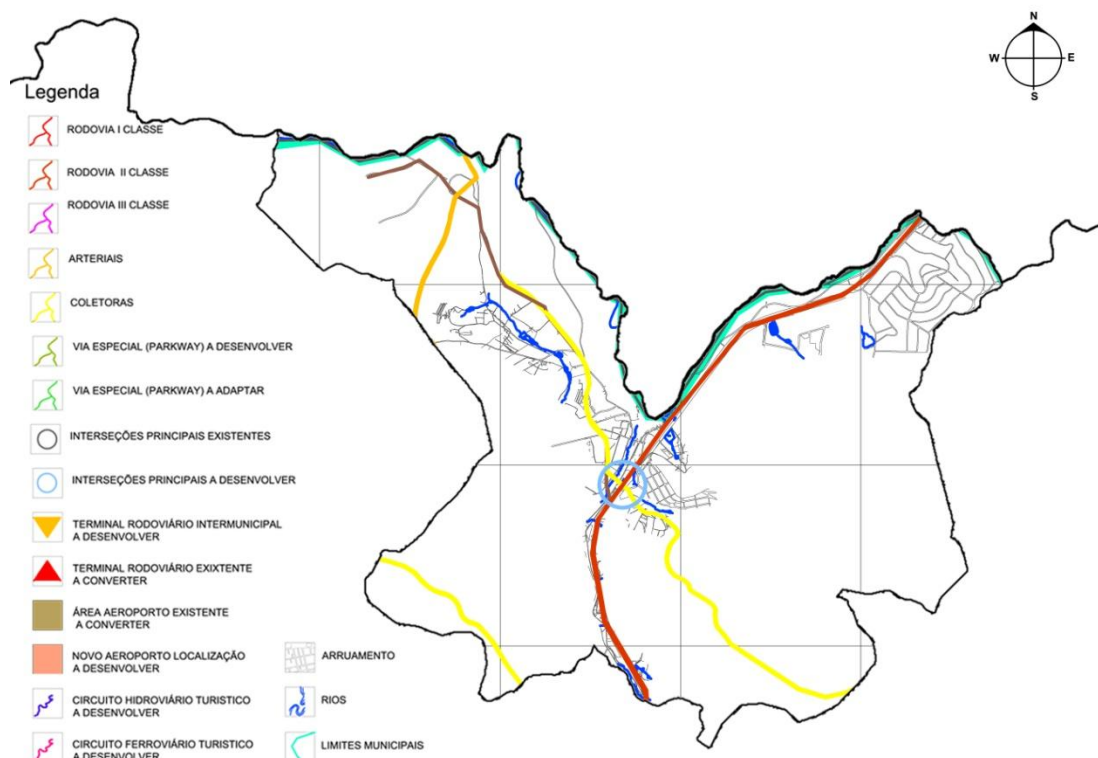
No lado leste, os sítios são todos produtivos no cultivo de flores que são comercializadas no CEASA em São Paulo, e toda mão de obra necessária vive ali mesmo, os meeiros, sendo a relação de trabalho realizada pelo processo de partilha da produção entre o proprietário da terra e o cultivador.

A população do bairro de 6510 habitantes (IBGE, 2010), pode ser identificada como uma população feminina que trabalha predominantemente na prestação do serviço de doméstica. Os serviços são desenvolvidos no centro da cidade em unidades habitacionais, casas comerciais, como bares, restaurantes e lojas, e uma minoria no próprio bairro no condomínio fechado.

A população masculina trabalha predominantemente na construção civil, evidentemente nas obras no interior do bairro, e espalhadas pelo restante da cidade, e no município vizinho de Bragança Paulista.

A mão de obra absorvida na produção de flores, mora trabalha e habita distribuída nos sítios.

O OP no bairro do Tanque surge com a organização dos produtores de flores. O responsável pela iniciativa, o senhor Olimar de Souza, nos relata que inicialmente as reuniões para a construção de uma forma de organização para reivindicações, visavam unicamente a obtenção de pavimentação que facilitasse o escoamento da produção.



**Figura 11.** Bairro do Tanque Sistema Viário

Fonte: SUMA, mais elaboração própria, 2012.

Com o sucesso do exercício, os participantes da “Colônia” resolveram ampliar suas ações para o “outro lado da estrada” com a reforma do telhado do Centro de Saúde e a ampliação de novas salas de atendimento. Com o Centro de Saúde retomando suas atividades, o fluxo de pessoas do bairro se intensifica e os habitantes organizados da Colônia resolvem, por iniciativa própria, organizar os habitantes daquele “lado da estrada” a organizarem-se em comissões com reuniões mensais no próprio Centro de Saúde, ampliando a participação nas decisões dos investimentos no Bairro como um todo, e nos micro-bairros em seu entorno. Todas as matizes sociais do bairro passam a participar diretamente das decisões dos investimentos naquele lugar.

Os investimentos em pavimentação passam a dividir sua prioridade numa abrangência maior dentro do território, e incorpora para além dos investimentos em manutenção e compra de equipamento para o Centro de Saúde, a reforma da velha Estação de trem para abrigar o Centro Comunitário e a compra do terreno para a construção da Creche, como elementos de destaque.

A reforma da Estação e a materialização do espaço do Centro Comunitário, abre a possibilidade à comunidade do bairro de ter acesso a outras ações disponibilizadas pelo Poder Público, entre elas as Oficinas de Comunidades.

As Oficinas de Comunidades, como apresentado anteriormente, disponibiliza cursos de arte para serem ministrados no bairro, oferecidos através do cardápio de investimentos do OP para cada ano.

Os cursos são ministrados no espaço físico do Centro Comunitário e disponibilizados, para adultos, crianças e adolescentes. Participam das atividades habitantes do Condomínio, das Chácaras, do núcleo mais urbanizado do bairro, da Colônia e da Favelinha.

Observa-se aqui, uma intensa prática e vivência comunitária entre todas as matrizes sociais do bairro, no exercício participativo da arte entre os diferentes, com forte identidade e sentimento de pertencimento comum, que se materializa com o objetivo final de cada curso, na elaboração de uma apresentação no Teatro do Centro de Convenções do município.

Local de atividades que normalmente poderia ser segregado às camadas mais fragilizadas economicamente da população, como apresentação de peças de teatro, shows de música com profissionais “famosos”, ainda que com preços populares como o Festival de Inverno, ou ainda, eventos gratuitos como o Festival Internacional do Áudio Visual, vem aumentando a frequência dos habitantes dos bairros mais afastados do centro, que com a utilização do espaço para suas atividades artísticas, passam a enxergar ali um espaço público que os acolhe e os incluem como cidadãos.

As Oficinas de Comunidades oferecem ainda uma possibilidade bastante interessante do ponto de vista de sua avaliação qualitativa, e única para aqueles que as praticam, de emancipação de suas atividades para fora dos domínios do bairro, e até do município.



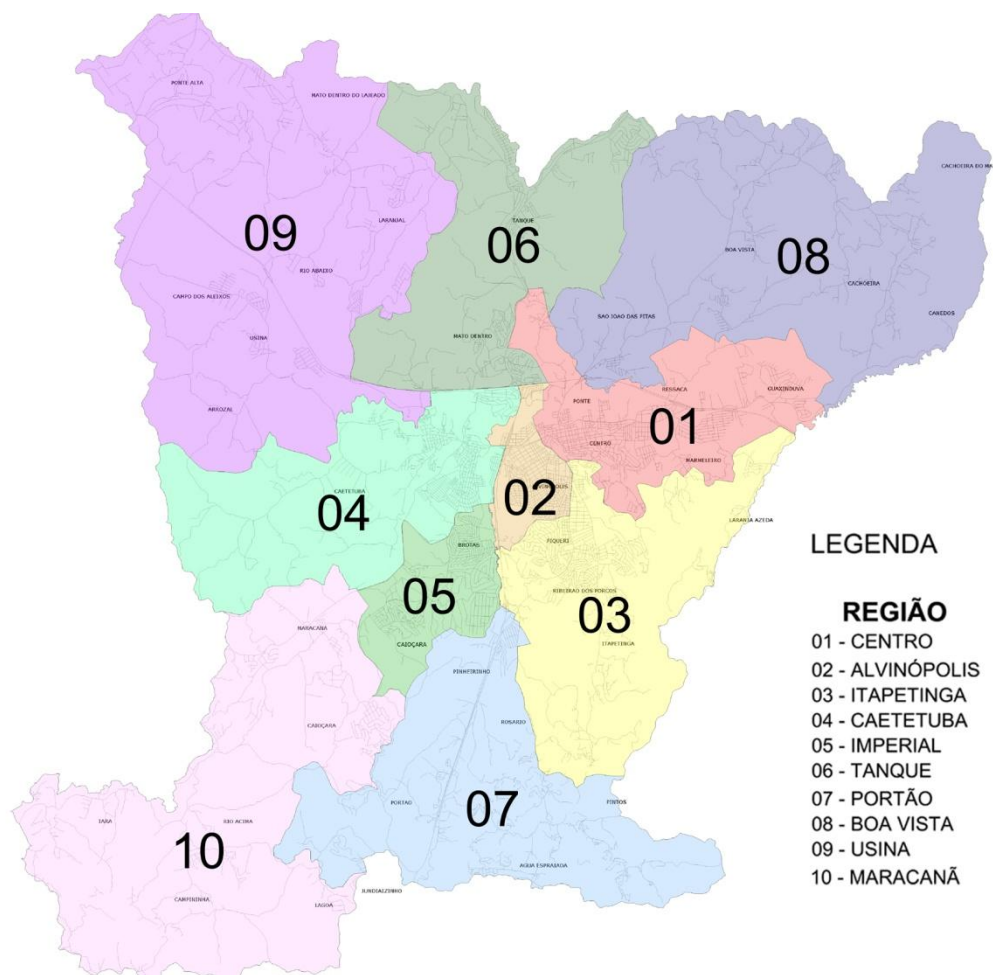
Os cursos de violão por exemplo, elegeram ao final de 2011 um aluno de melhor aproveitamento naquele ano, que recebeu uma bolsa para uma Escola de música particular no centro, que mantém desde então convênio com a Associação de Difusão Cultural, gestora das atividades. O projeto prevê para os anos vindouros eleições anuais com votação nas apresentações anuais de final de curso, com um representante de cada bairro que participa da atividade.

O Orçamento Participativo (OP), peça importante na aplicação das OC, surge como uma proposta de participação direta da comunidade em algumas decisões administrativas, onde os cidadãos comuns podem contribuir para elaboração da proposta orçamentária de sua cidade, através de representantes eleitos, cidadãos comuns, que de forma organizada, levam os anseios demandados da comunidade aos respectivos gestores públicos, para que de forma conjunta possam elaborar um orçamento mais ajustado e sintonizado à real necessidade de uma determinada população.

Na construção histórica do OP de Atibaia que se origina em 2003, foi determinada inicialmente como primeira ação um estudo em relação às experiências similares de outras cidades como Santo André, Guarulhos e Vinhedo, sempre considerando as diferenças e particularidades e procurando ajustar as propostas à realidade local, sendo que o modelo de Varginha em Minas Gerais foi o mais estudado.

Ficou estabelecido como primeiro passo a definição da proposta de Governo em relação à participação popular. Posteriormente a cidade foi mapeada e dividida em Regiões, sendo utilizado o critério de proximidade utilizando os dados do IBGE, setores censitários adequados por bairros para votações onde um dos critérios é o de residir no bairro, e a formação das Regiões, respeitando-se os limites geográficos.

No OP de Atibaia, optou-se por formar inicialmente 07 Regiões urbanas e 01 rural (esta dividida em 03 setores), sendo que as 07 Regiões urbanas até o ano passado (2011) receberam valores iguais. Hoje depois de dez anos dessa prática, o OP funciona estabelecendo 10 Regiões.



**FIGURA 14.** Mapa com as regiões do OP.

Fonte: Secretaria do Planejamento, 2011.

Definidas as Regiões, a administração pública passou a realizar um estudo de cada uma delas quanto ao número de habitantes, quais as prioridades de investimentos, se havia Associação de Bairro, e onde não existia, procurou-se determinar quem eram os líderes e representantes da comunidade.

Ao mesmo tempo a Secretaria de Planejamento e Finanças definia junto ao Governo qual o valor que seria destinado à participação popular, ou seja, qual a

porcentagem do orçamento livre (verba destinada para investimentos) seria direcionada para as Regiões.

Definidos o valor total e a quantidade de Regiões, restava então a segunda etapa de organização, que seriam as reuniões preparatórias nos bairros. Através de faixas, convites aos moradores e Associações de Bairros, marcou-se uma data para apresentar-se o projeto de implantação do OP.

Nestas reuniões foram dadas as explicações sobre o que é o Orçamento Municipal, e informada a disposição da administração municipal de, a partir daquele momento, destinar uma parte do orçamento para que a comunidade decidisse onde investir, orientando os participantes que todas as sugestões seriam avaliadas pelas Secretarias responsáveis quanto à viabilidade técnica, financeira e legal; e que as sugestões deveriam atender à coletividade, e que pedidos individuais não seriam aceitos.

O resultado deste trabalho é organizado então em forma de um *cardápio* de opções de investimentos que será posteriormente votado diretamente pela comunidade, atualmente contando com sistema eletrônico de votação com a apuração dos resultados em até 15 minutos após o encerramento das votações.

Na formação do cardápio de investimentos os investimentos dividem-se em 04 grupos:

Grupo A – Verba de maior valor destinada aos investimentos em pavimentação, obras de drenagem, construções e reformas.

Grupo B – Verba de valor intermediário destinada a realização de investimentos em ampliações, reformas de médio porte, infra-estrutura, aquisição de veículos ou equipamentos, execução de programas que atendam à demanda das Regiões.

Grupo C – Verba de valor menor destinada a realização de programas tais como judô sócio-educativo, programas sociais tais como: Atenção Social ao idoso, Atenção Social ao Portador de Necessidades Especiais, Cozinhas Comunitárias, Oficinas culturais de comunidades, Cursos de capacitação profissional, etc.

Grupo D – Verba de valor pequeno para realização de manutenção de espaços comunitários, programa de castração de cães e gatos, instalação de lixeiras, etc.

Após a realização desta etapa, a organização social no bairro passa a ser estimulada a partir do Calendário das Assembléias, procurando realizá-las em espaços públicos, Escolas Municipais, Espaços Culturais, sempre num ponto estratégico para facilitar o deslocamento dos participantes, em dias e horários que permitissem aos moradores uma maior participação.

Já na fase de organização do projeto, portanto, as primeiras movimentações de estímulo a atividade pública começam a ser observadas.

Fica estabelecido um período (entre os meses de março a abril) para que as Regiões, através de seus representantes, enviem aos responsáveis pela implantação do programa as sugestões de investimentos. Durante o mês de maio em reuniões e assembléias as comunidades finalizam a elaboração do Cardápio de investimentos para o seu bairro. Em junho, o Cardápio de investimentos é impresso e distribuído para que os moradores tenham tempo para avaliação, de suas prioridades e escolhas.

Desde então, todo mês de julho começam as Assembléias onde os moradores elegem através do voto o que será executado no ano seguinte com a verba do OP. Nas assembléias são eleitos os fiscais do orçamento.

A partir do janeiro do ano seguinte o processo de execução se inicia, primeiramente realizando um curso sobre orçamento público e licitações direcionado aos fiscais, e em seguida realiza-se o “Obrastur”, um passeio pelas obras em andamento e nos locais daquelas que serão realizadas, mostrando aos fiscais um pouco das necessidades da cidade como um todo.

Como continuidade, realiza-se periodicamente uma reunião de acompanhamento das prioridades votadas, como compras, execução de projetos, processos licitatórios, etc.

É como um item do cardápio de investimentos do OP que as Oficinas de Comunidades (OC) têm seus projetos disponibilizados para que as comunidades escolham livremente quais os cursos e as atividades serão disponibilizadas, ministradas e praticadas naquele ano.

## CAPITULO 4 - CONCLUSÕES

No meio da Megalópole, imersos num ambiente urbano fragmentado, liquido, e politicentralizado, onde as bordas dos lugares se transformam, transmigram, provocando novas cisões e abrindo novos horizontes de possibilidades e novas conexões, a idéia de uma cidade modelo, a cidade utópica, segue persistindo em nosso imaginário.

Se as experiências anteriores da cidade clássica, da cidade Hausmaniana, ou da cidade moderna não podem ser reproduzidas infinitamente, é necessário reconhecer as alternativas para a recriação da condição de urbanidade que atenda nossas expectativas enquanto indivíduos, coletividade, e profissionais comprometidos com o tema.

Devemos reconhecer que o “espírito da cidade” continua vivo nos lugares comuns que tendem a dissolver-se no ambiente urbano contemporâneo, no qual a metropolização é seu motor histórico.

A experiência urbana se estabelece no nível do corpo, do habitar, do cenário público, no palco da vida política, mas também na Terra em um mundo globalizado. Apesar de todas as transformações que podemos observar na linha histórica da construção da cidade até chegarmos à condição de nossa contemporaneidade, não nos pode escapar o reconhecimento de que a experiência urbana ainda conserva um sentido.

Se a cidade idealizada apresenta-se hoje como um paradoxo frente a realidade experimentada em um ambiente que caminha para a urbanização total, é urgente a busca da recriação de condições físicas, cênicas, para uma realidade urbana indissociável da saga política.

É imprescindível que habitemos um mundo sustentável do ponto de vista ambiental, mas também de perenidade na qualidade da esfera da vida pública. Temos que criar cenas, teatros, formas inéditas de vida cotidiana, novos pertencimentos, novas identidades e práticas de gestão urbana. É preciso responder de baixo, aos movimentos globalizantes.

O urbano catalisa todos os descontentamentos, e é no urbano onde se vêm cristalizadas as exigências emergenciais em relação ao emprego, a segurança, a escolaridade, ao bem comum, e a uma condição de vida plena em dignidade, e democrática.

É na cidade, onde a instituição e movimentação de suas bordas formalizam limites e possibilitam a cultura da proximidade, e é ali que podemos desatar o nó das inquietações tanto do corpo individual, como do corpo coletivo.

É preciso nos despojarmos da antiga relação centro-periferia e privilegiar as aglomerações multipolares que apresentem alguma coerência, recolocando a cidade no centro de nossas ações, mesmo quando a centralidade não é mais função primordial, a fim de que o Estado estimule políticas que valorizem aquilo que acontece apenas nas bordas, à margem (no seu sentido etimológico).

É grande a responsabilidade do arquiteto, do urbanista e do político, mas a cidade não pode mais ser compreendida e apreendida apenas como um objeto do saber de especialistas, é preciso reconhecê-la como um espaço de onde emerge um conjunto de problemas individuais e coletivos, e onde se articula as condições físicas e imateriais de respostas à eles.

Se existe uma ruptura entre a urbanização industrial e a pós-industrial ligada a movimentos hegemônicos de globalização, onde se inserem elementos desde o movimento de expansão metropolitana à utopia da comunidade virtual, as experiências de dimensões corporais, cênicas, públicas e políticas, estabelecem-se como uma alternativa universal e possível de ser reproduzida a vontade.

Sendo os sentimentos de pertencimento e identidade são intimamente ligados ao lugar, é no exercício cotidiano e comunitário da proximidade que podemos admitir a dinâmica vivencial como ferramenta de organização social e política, de aquecimento da dinâmica vivencial cotidiana e fortalecimento da esfera da vida pública.

A ação do Estado no sentido de fortalecer e incrementar o sentimento de pertencimento e identidade mostra-se fundamental em todas as escalas do lugar, seja no bairro, na cidade, no país ou no continente.

Um dos assuntos centrais da Política Externa dos países sul americanos nos dias de hoje, diz respeito a Integração Latino Americana nas áreas de Segurança e Defesa, fundamentais na auto-determinação dos povos habitantes dessa região em relação a exploração de suas riquezas.

Se o Mercosul (Mercado Comum do Sul), com todas suas limitações, avança no sentido de ampliar as relações comerciais entre os países dessa região, os assuntos de segurança e defesa bem mais sensíveis e complexos, têm no sentimento de pertencimento e identidade elos fundamentais na cadeia de ações no sentido da construção de um entendimento frente aos problemas comuns, apesar de nossas diferenças.

Aqui também a preocupação central se manifesta em relação aos movimentos hegemônicos globalizados, particularmente neste caso, o movimento do capital. Uma política cultural regional na escala continental que alimente o sentimento de pertencimento e identidade entre os povos latino americanos, certamente contribuiria para o aumento da permeabilidade das bordas geopolíticas, transformando em riquezas nossas diferenças.

Da mesma forma e no mesmo sentido, qualquer ação de planejamento urbano, ainda que num município de pequeno porte, quando aplicada numa comunidade mais organizada, uma comunidade que se vê e se reconhece, tem ampliada sua capacidade de penetração e adequação.

Quando existe capilaridade entre as ações do Poder Público e a comunidade, o exercício da cidadania se fortalece, e é nas Políticas Públicas de Educação, Cultura e Lazer, no aquecimento das dinâmicas vivenciais cotidianas que este trabalho pretende construir o reconhecimento de sua importância na construção dos sentimentos de pertencimento e identidade.

Os exemplos das experiências no município de Atibaia apresentados aqui, se numa escala global são em certa medida bastante singelos, além de padecerem de minhas limitações enquanto pesquisador, estão muito distantes de serem perfeitas manifestações de excelência, isentos de contradições e precariedades.

No próprio OP foi inevitável a identificação de limitações. Uma mesma região determinada na distribuição da organização do projeto, encontram-se mais de um

bairro gerando conflitos de interesse em seu interior por vezes difíceis de serem superados.

Vale destacar que é nos bairros mais centrais, mais irrigado pelos serviços públicos e com população de maior poder aquisitivo que isso se evidencia com maior frequência e facilidade, particularmente quando uma mesma região abarca um bairro mais central e um outro mais periférico.

É quando o contraste social se apresenta de forma mais marcante que a dificuldade se amplia, em decorrência de prioridades distintas estabelecidas entre as comunidades.

Em algumas regiões do OP foi encontrado a manifestação dessas contradições, por outro lado, no exemplo apresentado das ações das Oficinas de Comunidades, na região 06 do OP, que abarca os bairros do Tanque e Mato Dentro, por estarem localizados no extremo norte do município, divisa com o município de Bragança Paulista, apesar e por conta de sua localização mais afastada do centro da cidade, o problema de conflito de prioridades foi facilmente superado na dinâmica própria vivencial da comunidade, e é no reconhecimento das fragilidades e precariedades comuns que a identidade se estabelece de forma mais contundente.

Na hora da escolha do local para o Centro de Atendimento Médico, na escolha entre a compra de um equipamento de esterilização, ou a pavimentação, ou rede de saneamento num determinado logradouro, aquela comunidade conseguiu no exercício cotidiano de sua vivência, superar a dificuldade operacional de suas escolhas.

O tema Orçamento Participativo costuma ferir susceptibilidades no meio acadêmico. De um lado existem aqueles mais extremados que entendem a iniciativa como manifestação de uma política populista e eleitoreira, de outro, não menos extremados, aqueles que o entendem como um elixir milagroso para a solução de todos os problemas político administrativos do Estado. Nem tanto, nem tão pouco.

O OP aqui neste trabalho, não é o tema central, apenas a ferramenta pela qual se viabiliza o projeto das Oficinas de Comunidades, este sim, com espectro mais amplo nas atividades culturais de grande aceitação em todos os bairros



independente de sua realidade social. Não podemos deixar de destacar, no entanto, sua importância própria no que se refere ao sentimento de pertencimento e identidade, uma vez que através dele a comunidade dos bairros se organiza nas escolhas de alguns investimentos nas áreas de saneamento e pavimentação,

Nos centros comunitários dos bairros de maior poder aquisitivo, sua integração já é fato consumado no exercício cotidiano que atende a comunidade em quase todas as faixas etárias, nos centros comunitários dos bairros mais afastados e em condição de maior vulnerabilidade social, é antes de tudo uma porta de saída importante para os jovens escaparem do tráfico e da criminalidade, exatamente naquilo que ele pode proporcionar de sentimento de pertencimento e identidade, na contra mão da exclusão social.

O que nos interessa aqui, portanto, é aquilo que o OP carrega de movimento afirmativo, para além de suas contradições e precariedades, até porque, sua fragilidade operacional tende a ser lapidada na prática de seu exercício natural.

Todas as ações de Políticas Públicas de Educação, Cultura e Lazer desenvolvidas e no interior do município de Atibaia nos últimos dez anos, e aqui examinadas, guardadas as devidas diferenças relativas a cada uma delas, suas contradições e limitações, alimentaram em diferente níveis de intensidade a construção do de sentimento pertencimento e identidade no interior do município.

As ações são materializadas de diversas formas, seja no interior do grupo que se organiza na construção e organização das festas carnavalescas dos Bonecões do Bloco do Zé Pereira, seja nas festas religiosas natalinas com as Congadas, seja nos “Combates” de Hip-hop organizados entre os bairros onde as Oficinas de Comunidades atuam com essa atividade, ou seja na dinâmica cotidiana do projeto Música e Cidadania, o sentimento de pertencimento e identidade é fortalecido, a cidade se reconhece e se organiza como unidade e se sente fortalecida no exercício de sua cidadania.

A quantificação desses resultados é difícil, senão pelo sentimento que só pode ser experimentado por aqueles habitam o município, ou pela manifestação de cidadania manifestados como decorrência de seu exercício.

Nas últimas eleições municipais em 2012, um grupo político diferente daquele que ocupou o Governo nos últimos doze anos, responsável pela implantação das Políticas Públicas aqui analisadas, assumiu o Governo do município.

Num primeiro momento, sinalizou com mudanças na área da Cultura, sendo essa Secretaria absorvida pela Secretaria de Turismo, aparentemente perdendo força de independência e importância. Os projetos já aprovados e “comprados” através do OP de continuidade das OC no ano de 2012, por exemplo, com início previsto para o mês de março deste ano de 2013, foram protelados com o argumento de que seriam revistos.

A comunidade organizada que seria privada de um eventual cancelamento desse projeto, se manifestou pressionando o Poder Público e as atividades das Oficinas voltam a ser retomadas já no mês de junho de 2012.

Os projetos de Política de Educação, Cultura e Lazer, pelo menos aqueles de maior força e penetração junto as comunidades de bairros, ganham força de programa de Estado, superando o status mais frágil de Programa de Governo. Essa é uma evidência concreta da capilaridade e importância que esses projetos atingiram junto a população nos últimos doze anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, J.L.. Espaço Urbano: do urbano ao político.

ALONSO, José da Conceição. Urbanismo e Arquitetura para o século XXI.

ARENDT, Hanna. A condição Humana. Rio de Janeiro: Forense/Edusp, 1991.

ARROYO, Julio. Bordas e Espaços públicos: fronteiras internas na cidade. HTTP: [WWW.vitruvius.com.br/arquitetos/arq081\\_02asp](http://WWW.vitruvius.com.br/arquitetos/arq081_02asp).

BAUMAN, Zigmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 199<sup>a</sup>.

BAUMAN, Zigmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. Em Busca da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 2000.

BENFATTI, Denio M.; QUEIROGA, Eugênio F.; SILVA, Jonthas M. P.. Transformações da Metrópole Contemporânea: Novas Dinâmicas Espaciais da Vida Pública e Sistemas de Espaços Livres. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v.12, 2010.

CHOAY, Françoise. O URBANISMO. São Paulo : Editora Perspectiva 2005.

DE CERTAU, Michel. A INVENÇÃO DO COTIDIANO: Artes do fazer. Petrópolis, RJ – Editora Vozes, 2011.

GOTTMAN, T.P.R.. Megalópolis – The urbanized Northeastern seaboard of the United States. 2ed. Cambridge: M.I.T. Press, 1965.

GOLART REIS, Nestor. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das artes, 2006.

GRAÇA, Miguel Silva. Espaços Públicos e Usos Coletivos. (completar)

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

JACOBS, Jane. Morte e Vida das Grandes Cidades. Rio de Janeiro: WMF Martins Fontes, 2010.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. So Paulo: Centauro Editora, 2001.

LEITE, Rogério Proença. Contra-uso e espaço Público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2003 p. 1-25.

MARQUES, E. C.. Elementos conceituais da segregação, da pobreza, e da ação do Estado IN MARQUES E. E TORRES H. SÃO PAULO SEGREGAÇÃO POBREZA E DESIGUALDADES SOCIAIS. São Paulo: Editora SENAC, 2005, Cap.1 pags. 19 a 56.

MARK, Gottdiener. A produção social do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1993.

MAUTNER, Yvone. A periferia como fronteira para expansão do capital. In: DEAK, C. E SCHIFFER, S. (orgs). O processo da Urbanização no Brasil. São Paulo: FUNDAM EDUSP, 1999.

Publicação Comemorativa do ministério da Cultura – PLANO NACIONAL DE CULTURA: DIRETRIZES GERAIS, E oito anos de cultura: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010.

MONGIN, Olivier. A CONDIÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA: A Cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEIROGA, Eugenio F.; BENFATTI, Denio M.: Entre o Nó e a Rede, dialéticas espaciais contemporâneas: o caso da metrópole de Campinas diante da Megalópole do Sudeste d Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v.9, 2007 p. 41-52.

QUEIROGA, Eugenio F. A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa, 2002. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Uiversidade de São Paulo, 2002.

RALDOLPH, Rainer. Reflexões sobre a “Urban Fringe” e fronteiras de Expansão ao redor das Metrôpoles: Caminhos para uma Sociedade Urbana?. Artigo Vitruvius (completar)

RIBEIRO, Luis Cesar Queiroz; CARDOZO, Adauto Lucio. REFORMA E GESTÃO URBANA DEMOCRÁTICA: PROMESSAS E DESAFIOS DO ESTATUTO DA CIDADE. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. Espaço e método: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SECCHI, Bernardo. Primeira Lição de Urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SECCHI, Bernardo. A cidade do século XXI. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Denio M.; PINHEIRO MACHADO, Denise. Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro: Edição especial de Oculum Ensaio: Revista de Arquitetura e Urbanismo. Campinas, PUCCAMP/PROSURB, 2004.

SENNET, Richard. O declínio do homem Público. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O DESAFIO METROPOLITANO: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. MUDAR A CIDADE: Uma introdução crítica ao Planejamento e a Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TURINO, Célio. Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel – FAPESP – Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia (orgs). Metrópole e Globalização. São Paulo: Studio Nobel – FAPESP – Lincoln Institute, 2001.